

**WALTER ROSSA**  
*relatório da disciplina*  
**construção da cidade portuguesa**  
[e do] programa de estudos avançados em  
arquitectura, território e memória

concurso para provimento de 2 vagas de **professor associado** no  
Departamento de Arquitectura da  
Faculdade de Ciências e Tecnologia da  
Universidade de Coimbra  
edital nº701/2005 (2ª série), *Diário da República de 25 de Julho*

## 0. índice

1. abordagem	2
– algo sobre a <i>cidade portuguesa</i> no ensino da Arquitectura	2
– algo sobre um contexto de futuro para as pós-graduações em Arquitectura no DARQ	5
– porquê algo mais que o relatório sobre uma disciplina?	9
2. o contexto:	
[proposta para o] Programa de Doutoramento em Arquitectura, Território e Memória	12
– mais alguns princípios	12
– algumas regras [competências/áreas científicas e orgânica]	14
– a carga de trabalho, as ECTSs e as disciplinas	18
3. a disciplina/O relatório	21
a) PROGRAMA	22
b) MÉTODOS	27
– preparação	28
– exposição e debate	29
– produção	30
– calendário e horário	30
– dossier	31
– avaliação	31
c) CONTEÚDOS	32
– aula 1: alguns conceitos	34
– aula 2: fundamentos	35
– aula 3: identidades <i>outras</i>	36
– aula 4: os pioneiros da <i>história do urbanismo</i> <i>português</i>	37
– aula 5: o magistério de Horta Correia <i>na Nova</i>	38
– aula 6: <i>Universo Urbanístico Português 1415-1822</i>	39
– aula 7: uma leitura I – antecedentes da <i>escola</i>	40
– aula 8: uma leitura II – de Mazagão...	42
– aula 9: uma leitura III – ...a Mazagão	43
– aula 10: a capital como laboratório de processos	44
d) bibliografia	46
– geral	47
– específica	60
– de contextualização histórica	70
– fontes impressas	72

## 1. abordagem

### – algo sobre a *cidade portuguesa* no ensino da *Arquitectura*

A problemática em torno da existência ou não de um *modo* português de relação entre a arquitectura, o território e a sociedade – o que tenho vindo designar por *cultura do território* – tem sido o eixo da minha investigação, em especial desde há cerca de uma década para cá. No âmbito do reencontro e do desenvolvimento da *Arquitectura* como área do Conhecimento e não apenas como disciplina de ofício, tem vindo a ser ganha a aposta que alguns fizeram na investigação nos domínios dessa relação. Inicialmente foram arqueólogos, antropólogos, geógrafos, historiadores de arte, etc., agora quem o faz são maioritariamente arquitectos.

Os resultados desse saber sobre a interacção arquitectura-território interessam ao que habitualmente é designado como *Estudos Portugueses*, mas à *Arquitectura* – e cumulativamente a mim e aos colegas de pesquisa e reflexão – mais que o resultado é o desvendar do processo o que nos move. Vistas segundo essa perspectiva, mais do que *História*, a *cultura do território*, a *história do urbanismo*, a *história da arquitectura*, etc. para mim são *Arquitectura*.

Essa relação arquitectura-território-sociedade não tem merecido destaque nos curricula universitários. Que eu tenha conseguido apurar,<sup>1</sup> ao nível das licenciaturas em arquitectura apenas na Faculdade de *Arquitectura* da Universidade do Porto existe há alguns anos uma disciplina de opção semestral – *História da Cidade Portuguesa* – dedicada à matéria. Também no contexto universitário das licenciaturas em Ciências Humanas e/ou Sociais a essa valência não foi ainda dada forma específica, abordando-se a história do urbanismo português no âmbito de disciplinas gerais ou como história urbana. A verdade é que, como veremos na apresentação do Programa da disciplina, é para aí que aponta a expressão “cidade portuguesa”.

O panorama é semelhante no âmbito das pós-graduação, em especial nas de mestrado e nas de doutoramento. Para além da disciplina optativa *Construção da Cidade Portuguesa*, que leccionei no primeiro semestre da edição 2003/2005 do Curso de Especialização do *Mestrado em Arquitectura, Território e Memória* [ea|ATM] deste departamento [DARQ], apenas tenho conhecimento de duas outras disciplinas afins: *História do Urbanismo Português da Idade Moderna – séculos XV-XIX* do *Mestrado em História da Arte* da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do

---

<sup>1</sup> São mais de duas dezenas de cursos, muitos com informação de difícil acesso.

Algarve [do qual sou consultor]; *A Construção do Território Português* proposta no currículo do *Mestrado em Arquitectura do Território* do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, o qual não chegou a funcionar, não tendo, por conseguinte, sido produzido ou divulgado o programa da disciplina em questão. O curso de *Pós-Graduação em Arquitectura Portuguesa* da Universidade Lusíada de Lisboa não contempla a temática urbanística com a especificidade e profundidade mínimas que aqui indagamos.

É com perplexidade que verifico que também para os florescentes cursos de pós-graduação e/ou mestrado na área do património e/ou reabilitação urbanos – que são bastantes e por isso me dispense de enumerar –, também ainda não é considerada crucial a leccionação e debate da temática da relação arquitectura-território-sociedade, da cultura do território ou da história do urbanismo [como quisermos] portuguesas ou globais. Considero-o inexplicável, a não ser que se parta do princípio [errado] que a apreensão de tais conhecimentos é prévia. Como é que se leccionam e debatem estratégias, técnicas e métodos de intervenção sem o conhecimento cabal do objecto?

A verdade é que no próprio *Mestrado em Engenharia e Arquitectura: Reabilitação do Espaço Construído* que tem agora em 2005/2006 a sua primeira edição – uma organização conjunta do DARQ e do Departamento de Engenharia Civil da nossa faculdade – sucede o mesmo. É um assunto a rever no futuro, mas que para já será colmatado com a abordagem que farei na disciplina *Património Urbano: salvaguarda em transformação* da qual serei o regente, pretendendo também induzi-lo no âmbito das disciplinas práticas *Projecto de Reabilitação de Construções I e II*, das quais sou co-regente.

Assim se pode constatar que, de uma forma geral, a eventual transmissão de conhecimento e a sensibilização para a problemática aqui inicialmente enunciada, ocorrem no contexto de disciplinas de espectro mais largo, designadamente no âmbito das *História do Urbanismo* e/ou *História da Arquitectura Portuguesa*, sendo esta a designação de uma disciplina que, a exemplo de outras licenciaturas em Arquitectura [Universidades do Porto e do Minho], faz parte do curriculum da conferida pela Universidade de Coimbra.

Desde 1997-1998 que sou o regente dessa disciplina, sucedendo ao seu criador e primeiro regente, o Prof. Arquitecto Alexandre Alves Costa,<sup>2</sup> do que resultou uma incontornável e profícua

---

<sup>2</sup> A disciplina surgiu na década de 1980 na Licenciatura em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e depois em 1992 na do DARQ. Embora no Porto se

contaminação. Gradualmente tenho vindo a fazer evoluir o seu programa centrando-o em torno da relação arquitectura-território pois só nela encontro as bases para um discurso coerente em torno de especificidades passíveis de caracterizar alguma arquitectura como mais claramente portuguesa. É também a forma de dar mais de mim, da minha pesquisa e testemunhos pessoais, arquitecto que sou a arquitectos que são sem ainda o assumirem. É na cidade – que também é território – que a Arquitectura efectivamente se relaciona com a realidade do tempo.

Penso também que é essa a melhor forma de, no ano final da licenciatura, consolidar a sensibilidade e dotar com algum método e conhecimento os futuros arquitectos para o facto de cada vez mais qualquer intervenção ocorrer em contexto com densidade histórica. Em tudo é determinante a experiência desenvolvida com os trabalhos práticos da disciplina, cada vez mais exercícios de simulação de investigação através do instrumento específico do arquitecto, o desenho.

Acredito que o contributo da História para a formação básica dos arquitectos consiste essencialmente no desenvolvimento das capacidades do olhar e da sensibilidade do pensamento sobre a realidade sobre a qual se intervém. Sendo evidente que o que nos rodeia é realidade contemporânea, acredito também que tudo isso tem espessura histórica sendo assim expressão cultural e civilizacional. A grande dificuldade consiste na sua avaliação e no estabelecimento de conceitos de acção para o futuro [projecto!?] em função dos desejos, necessidades e recursos. Também por isso a história desta área do saber é parte da própria.

Penso, contudo, que essa vertente, essa competência na formação básica do arquitecto, pode ser veiculada por outras formas. Face à diversidade de conhecimentos que, a par com a apreensão específica da/e disciplina e respectivo método, é necessário adquirir para que alguém se transforme em arquitecto, parece-me sensato que o conhecimento específico das matrizes da *cultura de território* portuguesa seja feito de forma integrada num âmbito mais lato, por exemplo, o da História da Arquitectura e/ou do Projecto. Porém, quando alguém já arquitecto procura desenvolver os seus conhecimentos para além dos considerados necessários ao mero *ofício de encartado*, torna-se imprescindível adquirir outros instrumentos e conhecimentos, aprofundando os enfoques.

---

encontre dividida por dois anos e em Coimbra seja apenas leccionada em um, o arco temporal e a temática é coincidente entre a *História da Arquitectura Portuguesa I* do Porto e a única de Coimbra. Ver A. Alves Costa (1991) – «História da Arquitectura Portuguesa – relatório». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [policopiada]. 1991.

**– algo sobre um contexto de futuro  
para as pós-graduações em Arquitectura no DARQ**

Assim nos deparamos com o complexo de questões que hoje temos sobre a mesa a propósito da reforma imposta pelo *Processo de Bolonha* a todas as universidades europeias, mas também com as interrogações que o próprio sistema de ensino português, designadamente o da Arquitectura, por si só arrasta sem solução já há algum tempo. Duas décadas depois da entrada do ensino da Arquitectura para a Universidade já foi feito o respectivo balanço? O que o distingue [ou o deveria distinguir] de um eventual ensino politécnico que, de certa forma e por mera comodidade circunstancial, podemos tentar vislumbrar no antigo [ou tradicional] modelo de ensino seguido pelas escolas de Belas-Artes?

Essas e outras questões deveriam ter sido preliminares ao debate actual, mas continuam a ser essenciais para se encontrar o trilho que, com sucesso, nos possa levar à identificação de quais as competências genéricas e específicas a conferir aos licenciados e mestres em Arquitectura pelos novos ciclos de ensino universitário decorrentes das reformas estruturais e curriculares impostas pelo *Processo de Bolonha*. Mas ainda que aqui não possam deixar de ficar implícitas algumas convicções pessoais sobre a matéria, não é este o contexto para as desenvolver. Goste-se, concorde-se ou não, as reformas segundo os desígnios da *Declaração de Bolonha* são incontornáveis, impondo-se-nos a sua adaptação/adopção pela melhor forma, ou seja, explorando todas as suas potencialidades, que são muitas.

Tal como o que para mim separa o licenciado do bacharel é o facto de, para além de saber fazer, saber – o que em si é suficiente para excluir a hipótese de existência de bacharéis em Arquitectura[!] –, mantenho a convicção de que o que distingue o pós-graduado do licenciado é a sua apetência e competência para a investigação. Não a investigação que qualquer um tem de fazer para desenvolver os seus conhecimentos, capacidades e tarefas pessoais, mas a investigação que, por ser inovadora e aberta, é útil ao conhecimento global e, assim, à civilização.

Entendo que o exercício da Arquitectura – do edifício ao território, com todas as especialidades integradas no processo de projecto e obra – além do tradicional *ofício de encartado* tende a ser investigação, reflexão e transformação da realidade, sendo o arquitecto um criativo gerador de rupturas, mas também um intérprete e interlocutor atento, responsável e gerador de consensos. A tarefa de projectar inicia-se bem antes do primeiro traço e termina algo depois da obra acabar. Por outras palavras, a Arquitectura pode e deve ser um meio operativo com um método

específico de produção de conhecimento sobre o homem, o ambiente e a sociedade na forma de testemunhos construídos vivos e úteis, sempre contemporâneos independentemente de resultarem de restauros, reabilitações, renovações, inovações ou de tudo isso. Mas nem sempre assim foi e nem sempre assim acontece.

Essa dimensão complexiva da arquitectura faz com que efectivamente seja possível desenvolver conhecimento através do projecto, sendo apenas ainda difícil distinguir quando é que tal ocorre. Tenho para mim que a única forma de o autor o comprovar é através, também, da estruturação de discursos orais ou escritos inequívocos. E aí voltamos, como sempre, ao princípio de tudo. De facto e na prática, até ao *De re ædificatoria* de Leone Battista Alberti [c.1430, p.1485] – melhor seria dizer o contexto de desenvolvimento cultural que lhe deu origem – a Arquitectura não existiu, pelo menos contínua e reconhecidamente, enquanto área do Conhecimento... e era, já há muito, o principal *media* no Ocidente.

Tudo quanto até Alberti se conhece – de Vitruvius a Honnecourt – não nos fornece mais do que uma dimensão manualística, mais ou menos elaborada, para a Arquitectura apenas enquanto ofício. Significativo é que então tenha passado a ser tema de profundo interesse e discussão para os não arquitectos, pois como colectivo estes tardaram a dotar-se da sagesa necessária ao novo estatuto intelectual da sua profissão.<sup>3</sup> Ainda hoje o sucesso civilizacional da Arquitectura e a sua permanente presença nos *media* decorre, em grande medida, do facto de ser pensada, discutida e criticada ao mais elevado nível cultural por indivíduos que não são necessariamente arquitectos, pelo menos no sentido de desenvolverem uma prática de projecto arquitectónico.

No entanto e curiosamente, a tradição de um ensino a-teórico, quase exclusivamente prático e/ou manualístico do ofício de arquitecto, perdurou e acabou institucionalizada com variantes e negações de relevo no sistema de ensino Belas-Artes. Não é frequente encontrarmos nos curricula de ensino de arquitectura dessas escolas<sup>4</sup> momentos que contemplassem reflexão em torno dos

---

<sup>3</sup> Apesar de não ser vocação deste texto discutir esta matéria, não resisto a citar Leopold D. Ettlinger em "The Emergence of the Italian Architect during the Fifteenth Century", texto que integra a colectânea editada por Spiro Kostof (1977) – «The Architect – chapters in the History of the Profession». New York: Oxford University Press. 1986, pp. 96-123: "In fact, masons and builders adapted themselves more quickly to their new tasks than the designing architects, who took a long while to gasp the structural needs of building" [p. 121].

<sup>4</sup> Recorri para tal fim a Marina Barreto Correia (1997) – «Arquitectura: Instituições e Ensino – notas acerca da evolução do ensino da Arquitectura em Portugal e dos processos de construção de instalações específicas». Coimbra: Prova final da Licenciatura em Arquitectura no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 1997 e a Maria Calado (2003) – «A cultura arquitectónica em

conteúdos teórico-especulativos do que, com excesso de generalização, habitualmente designamos por *tratadística* ou, menos ainda, sobre textos assumidamente teóricos como, por exemplo, os de Marc Antoine Laugier,<sup>5</sup> para apenas referir um autor da era prévia à institucionalização daquele tipo de ensino. Os *estudos arquitectónicos* — como com maior propriedade se começa a generalizar a designação dessa problemática — não faziam sentido nas escolas de Belas-Artes, mas são matéria crucial no ensino universitário da Arquitectura.

Como compatibilizar tudo isso com o sistema bi-faseado, licenciatura/mestrado, imposto pelo *Processo de Bolonha*? Não cabe aqui uma resposta bem fundamentada e abrangente a essa questão, mas para os fins em vista parece-me que, no que diz respeito à licenciatura conferida pela Universidade de Coimbra através do DARQ, o instrumento mediador existe e está à mão: é a Prova Final. Na prática o desempenho corrente dos estudantes na Prova Final tem demonstrado de forma inequívoca como quase sempre a encaram como um momento para, finalmente, adoptarem protocolos correctos de escrita, citação, etc. [que por razões indecifráveis não acolhem antes] e para produzir investigação.

A falha nesse desiderato de investigação — sem importância porque o objectivo tem sido a conclusão de uma licenciatura — tem origem na ausência de parametrização. Sendo definidos, de forma clara, os respectivos processos e objectivos, bem como as temáticas admitidas — designadamente a de Projecto —, a Prova Final — provavelmente com outra designação e, por certo, com a duração anual com que, nos casos mais céleres, na realidade tem acontecido — poderá ser o veículo para a resolução do problema da adaptação do sistema de ensino da licenciatura do DARQ ao *Processo de Bolonha*.

Claro que essa renovada Prova Final — um ciclo de estudos conducente à obtenção do grau de Mestre em Arquitectura em áreas de especialização a definir — terá de ser dotada de um pequeno leque de disciplinas e/ou, preferencialmente, seminários, objectivando as componentes e protocolos de pesquisa e relação de conhecimento conformes à titulação pós-graduada ao nível do Mestrado. Nesse suporte lectivo poder-se-á encontrar a base flexível para o ajuste desta solução aos critérios nacionais que venham a ser adoptados

---

Portugal: 1880-1920: tradição e inovação». Lisboa: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. 3 vol.s, 2003. Também em A. Alves Costa (1991) — «História da Arquitectura Portuguesa — relatório». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [policopiada]. 1991, se encontra uma síntese do tema reportada à escola do Porto.

<sup>5</sup> Marc-Antoine Laugier (1753 e 1765) — «Essai sur l'Architecture» e «Observations sur l'Architecture». Bruxelas: Pierre Mardaga. 1979.



O Mestre em Arquitectura deverá ser um arquitecto que, além de estar capacitado para fazer Arquitectura, adquiriu domínio sobre os instrumentos de produção de conhecimento em Arquitectura, o que poderá acontecer ou não a partir de uma acção ou acções próprias de projecto, mas dependerá sempre da sua explicitação e prova segundo protocolos científicos, também eles em consubstanciação na especialidade. No seu ponto 1 do art.º 5º, o Decreto-Lei nº216/92 de 13 de Outubro define de forma muito clara as competências gerais de um Mestre: *"O grau de mestre comprova nível aprofundado de conhecimentos numa área científica específica e capacidade para a prática de investigação."*

Tudo isto não é mais que uma das possibilidades da evolução que a implementação do Processo de Bolonha trará às estruturas e curricula dos cursos leccionados no DARQ. Seja qual for a solução, o actual *Mestrado em Arquitectura Território e Memória* deixa de fazer sentido enquanto tal. Tendo sido criado, encarado e concebido como um *programa de estudos avançados* conducente e apelando ao doutoramento, neste contexto de ainda em desenho conceptual e turbulência legislativa, a sua evolução natural afigura-se evidente: transformar-se num programa de doutoramento.

Já no texto de justificação da criação do curso de mestrado – posteriormente adaptado para a respectiva apresentação em brochura – aprovado pela Comissão Científica do DARQ em 19 de Dezembro de 2002, se fundamentava a sua criação considerando-se *"necessária e oportuna a criação e desenvolvimento de um programa de estudos pós-graduados naquela área [Arquitectura], o qual deverá enquadrar e integrar a formação especializada e a concessão dos títulos de Mestre e de Doutor em Arquitectura pela Universidade de Coimbra."* Caracterizava-se então a iniciativa como um programa integrado de *"natureza globalizante – da especialização ao doutoramento, passando pelo mestrado..."* No fundo entendeu-se que o Curso de Especialização do mestrado de facto deveria servir o doutoramento.

O nosso desígnio era o desenvolvimento de um programa de estudos conduzindo a doutoramento, dotando os formandos com instrumentos e conhecimentos próprios à carreira universitária e/ou à investigação científica em Arquitectura. A experiência da sua primeira e única edição, conjugada com o raciocínio exposto, tornam evidente as condições já reunidas para a sua reconformação em programa de doutoramento. Não tendo cumprido as metas inicialmente propostas – é o meu entendimento enquanto seu principal responsável –, face aos comentários e à procura actual, em geral só resta concluir que, contudo, teve um assinalável sucesso.

**– porquê algo mais que o relatório sobre uma disciplina?**

O ponto anterior é a justificação para o facto deste texto ser algo mais que o relatório de uma disciplina ao qual a Lei – o *Estatuto da Carreira Docente Universitária* [também à beira da substituição] – obriga. Desde o início pretendi fazer algo de útil, ou seja, desenvolver com algum cuidado o *programa*, os *conteúdos* e os *métodos* de uma disciplina existente, que funcionasse e permitisse testá-los e fazê-los evoluir de forma tão sistematizada quanto a proposta. Mas a verdade é que, até no curto prazo, nenhuma das disciplinas no DARQ que lecciono, leccionei ou para cuja docência me considero habilitado tem assegurada a sua continuidade sem alterações de monta.

Ao nível da licenciatura, a revisão profunda do Plano de Estudos que com urgência terá de ser efectuada poderá alterar de forma considerável, fundir ou até suprimir disciplinas como *História da Arquitectura I*, *História da Arquitectura Portuguesa* ou *História das Cidades I e II*. Trará, por certo, alterações importantes ao funcionamento das disciplinas de *Projecto*. O debate sobre tudo isso está por começar, sendo assim impossível perceber quais as linhas de força consensuais dessa reforma e dar um contributo programando algo de consentâneo. Por isso não faria sentido, não teria utilidade prática, feriria de caducidade quase imediata a elaboração deste tipo de relatório sobre qualquer uma daquelas disciplinas. Serviria cabalmente, é claro, a finalidade específica deste concurso.

Ao nível de pós-graduação, as disciplinas que começarei a leccionar no próximo ano-lectivo ao curso de *Mestrado em Engenharia e Arquitectura: Reabilitação do Espaço Construído* perfilaram-se como hipóteses cedo descartadas por razões de ordem deontológica, entre outras. A disciplina *Património Urbano: salvaguarda em transformação* está a ser desenhada por mim e pelo Assistente Arq.º Adelino Gonçalves, pois é esse o enfoque principal da dissertação de doutoramento que, sob minha orientação, está a preparar. No futuro esta disciplina deverá ser regida por ele, não por mim. Quanto às disciplinas práticas *Projecto de Reabilitação de Construções I e II* serei apenas um dos quatro co-regentes, um dos quais opositor neste concurso.

Face ao raciocínio e argumentação produzidos no ponto anterior, também para as disciplinas que leccionei no *curso de especialização* do programa ea|ATM – *História do Urbanismo* e *Construção da cidade portuguesa* – não faria sentido esse investimento, uma vez que, enquanto tal, o curso de mestrado no qual administrativamente se baseou tem uma baixa probabilidade de ser repetido. Porém, e como atrás vimos, é lógico e desejável que o seu *curso de especialização* torne a acontecer, mas já no

âmbito de um programa de doutoramento. A verdade é que esse processo se encontra mais avançado que o da licenciatura, que não foi iniciado.

Na reunião do passado dia 27 de Maio, a Comissão Científica do DARQ encarregou-me de até Setembro deste ano submeter à sua apreciação um projecto para a criação de um *programa de doutoramento* em Arquitectura na especialidade de Teoria e História, o qual, em consonância com o que até aqui se disse, deverá resultar da experiência desenvolvida com o *Mestrado em Arquitectura, Território e Memória*. Esse trabalho ficou aqui feito na oportunidade de um anterior concurso para o mesmo fim, ainda sem desfecho. O presente relatório é uma versão com ligeiras revisões do que para o efeito foi então elaborado e apresentado. Aguarda-se agora o agendamento da reunião da Comissão Científica na qual tal projecto será apresentado e, pelo menos, discutido. Um colega deverá também elaborar e submeter à apreciação da Comissão Científica do DARQ, o projecto para a criação de um outro curso de doutoramento na especialidade de Arquitectura e Construção, podendo vir a partilhar estrutura e créditos.

Perante tudo isso não tenho dúvidas de que, de entre as disciplinas que lecciono ou leccionei no DARQ, as que mais garantias de continuidade têm são as do ea|ATM, também elas carecendo de reestruturação, quanto mais não seja para poderem integrar, não em especial o curriculum do novo curso de doutoramento, mas a experiência da sua leccionação. Essa operação de planeamento lectivo ofereceu-se-me como exercício crucial para a reestruturação do próprio curso. Em contrapartida parece-me difícil sustentar a sua apresentação em relatório sem a explicitação do que proponho – e formalmente proporei em Setembro – para esse programa.

A apresentação para este efeito ou, se quisermos, semelhante do relatório de uma disciplina que ainda não está formalmente criada, tem antecedente de sucesso no próprio DARQ. Mas não é exactamente esse o caso, pois aqui a disciplina existe e já funcionou no âmbito de um curso de especialização que não foi formalmente extinto, mas que tão só agora se pretende explicitamente por ao serviço de um programa para a obtenção de um grau académico superior.

É assim que sumariamente, pois não faz parte dos requisitos do concurso, passo a apresentar uma proposta para a criação do *Programa de Doutoramento em Arquitectura, Território e Memória* e, sequentemente e com o detalhe adequado, o relatório – em jeito de simulação para o ano 2006 – de uma das disciplinas que formalmente é de um curso de mestrado existente, mas que, a seu

tempo, também para aquele programa formalmente proporei. Faço-o também com o ensejo de tornar evidente como as reformas e o tipo de ensino veiculado pelo *Processo de Bolonha* – centrado no aluno e com declarado empenho e inovação nos processos e métodos pedagógicos – podem ser implementadas com um desígnio de aumento da qualidade, claramente a caminho da excelência.

**2. o contexto:****[proposta para o] Programa de  
Doutoramento em Arquitectura, Território e Memória<sup>6</sup>****– mais alguns princípios**

O Decreto-Lei nº216/92 de 13 de Outubro, designadamente no artigo 2º, prevê a organização de cursos de doutoramento. Na Faculdade de Ciências e Tecnologia e na Universidade de Coimbra não se encontra regulamentada a figura do curso ou programa de doutoramento, embora nada exista que impeça a sua criação. Outras faculdades, como a de Economia, fizeram aprovar recentemente programas de doutoramento, os quais entrarão em funcionamento no próximo ano-lectivo. Por outra forma, no passado dia 13 de Janeiro a Faculdade de Letras viu publicado em *Diário da República* o seu *Regulamento dos Programas de Doutoramento*, estando já em funcionamento alguns. Em todos os casos a designação usada é "programa" e não "curso", o que faz todo o sentido face à dinâmica que é necessária para a obtenção do grau académico em questão.

É com agrado que vejo legal e regulamentarmente consubstanciada uma realidade que desejámos quando avançámos para a criação do *ea|ATM – programa de estudos avançados em Arquitectura, Território e Memória*, como sempre o chamámos. A designação foi pesada ao pormenor, estabelecendo-se claramente no universo dos *estudos arquitectónicos*.

No texto para a sua criação – adaptado na brochura de promoção – aprovado pela Comissão Científica do DARQ em 19 de Dezembro de 2002, lê-se: "*entendeu-se conveniente a titulação/identificação deste programa sob uma designação objectiva, abrangente e universalmente compreensível e usual – Estudos Avançados –, deixando clara a área disciplinar – a Arquitectura –, o sentido com a qual a sociedade gradualmente melhor a tem vindo a identificar – o Território – e a essência da matéria disciplinar – a Memória. Não se trata especificamente de planeamento, urbanismo, desenho urbano, ambiente ou paisagem, mas tão só de uma dimensão mais vasta e simultaneamente sintética da relação do homem com o seu habitat. Também não diz respeito em*

---

<sup>6</sup> A apresentação que aqui se faz desta proposta tem um ritmo e discurso inusitados. Tal deve-se a dois factores: 1] ser um exercício inaugural [no âmbito do DARQ] no que diz respeito à aplicação dos preceitos do *Processo de Bolonha* e do *ECTS*, sentindo-se necessidade de explicitar algo melhor alguns passos; 2] ter como principal finalidade o enquadramento da disciplina alvo de relatório, por tal razão incidindo sobre o funcionamento da parte lectiva do curso, o seu primeiro ano.

É suposto que, após a sua aferição e aprovação, a regulamentação necessária seja redigida de forma escura e inequívoca, designadamente cumprindo os requisitos do Despacho nº10543/2005 de 11/Maio e do Decreto-Lei nº42/2005 de 22/Fev.º, integrados, claro, na *Lei de Bases do Sistema Educativo* (Lei nº46/86 de 14 de Outubro) actualizada pela Lei 115/97 de 19 de Setembro e pela Lei nº49/2005 de 30 de Agosto.

*particular à história, ao património ou à(s) identidade(s), mas sim à natureza dos processos de transformação do espaço e da síntese cultural que sempre instituem. No fundo trata-se de Arquitectura, mas bastante para além dos conteúdos e objectivos profissionalizantes usualmente estabelecidos para uma licenciatura”*

Com base no historial e na genealogia anteriormente expostos e mantendo-se o pressuposto de que este curso da área da Arquitectura se dirige à especialização em Teoria e História, parece óbvio que os princípios e designação que acabam de ser expostos se mantêm actualizados.

Parece também – e como internamente sempre concordámos – que a inscrição a doutoramento nesta área e especialidade deverá obrigar ao cumprimento integral do programa. A excepção – correspondente apenas à dispensa de obtenção das unidades de crédito da parte lectiva do curso, ou seja, a frequência do primeiro ano – só será aberta a quem já tenha provado o domínio dos instrumentos e protocolos de investigação científica na área da Arquitectura, o que, embora a competência esteja nas mãos do Conselho Científico da faculdade, a meu ver deverá ser por este regulamentado. É uma inversão da norma legal que em nada a viola.<sup>7</sup> E como em tudo o que se propõe para este programa, também nisto se devem praticar requisitos da máxima exigência, com vista ao cumprimento de objectivos de excelência segundo os mais elevados padrões internacionais. Só assim lograremos parcerias prestigiantes e com interesse efectivo.

Na senda desses desígnios, a frequência deste programa deverá corresponder a uma ocupação a tempo inteiro – um mínimo de 1500 horas anuais/60 ECTSs – para um período de obtenção do grau de 4 anos [240 ECTSs]. É o lapso de tempo habitualmente adoptado na maior parte das universidades e aquele que as bolsas de estudo mais comuns cobrem – as da Fundação para a Ciência e Tecnologia e as da Fundação Calouste Gulbenkian, por exemplo. O *Estatuto da Carreira Docente Universitária* [à beira da substituição] ao dar aos docentes em formação – vulgo Assistentes – dispensa de serviço docente para doutoramento pelo prazo de 2 anos, prorrogável por mais 1, acaba por reconhecer e permitir a frequência a tempo inteiro dos seminários formativos dos programas de doutoramento – que por regra se prolongam por 1 ano ou 2 semestres –, devendo o docente desenvolver/redigir

---

<sup>7</sup> No ponto 3 do art.º 20º do Decreto-Lei nº216/92 de 13/Outubro lê-se: “No acto de aceitação da candidatura pode ser imposta ao candidato a frequência e aprovação em unidades curriculares inseridas na estrutura de cursos de pós-graduação leccionados na universidade.” Esta disposição encontra-se transcrita no ponto 3 do art.º 4º do Regulamento dos Doutoramentos pela Universidade de Coimbra.

parcialmente a dissertação [frequentando os respectivos seminários] em acumulação com algum serviço lectivo. Pelas razões já atrás enunciadas, a criação deste programa de doutoramento é há algum tempo um objectivo para mim e para outros colegas do DARQ. Mas o catalizador da sua formatação é a adaptação do nosso sistema de ensino ao *Programa de Bolonha* [1999] e, bem assim, ao *European Credit and Transfer and Accumulation System* [ECTS], criado já em 1989 para serviço do então *Programa Erasmus*.<sup>8</sup>

Inicialmente pensado para os níveis de licenciatura e de mestrado, decorrendo o ECTS da necessidade da criação de uma plataforma comum que permita a mobilidade – quiçá o objectivo essencial – dentro dos sistemas de ensino no espaço europeu, cedo implicou a sua adopção, com sucesso, no outro grau de ensino pós-graduado, o doutoramento. Aliás, as componentes que aqui mais directamente nos interessam – os conceitos de *competências* e de *carga de trabalho* [workload] – têm a sua máxima aplicabilidade e eficácia precisamente ao nível do doutoramento, em especial quando se põe em prática as recomendações metodológicas para o desenho dos cursos e/ou programas de formação. Concomitantemente, é fundamental no que diz respeito ao entendimento do que deve ser o ensino nos tempos que correm.

A obtenção da *Certificação ECTS* dos nossos cursos – em especial este de doutoramento – é absolutamente crucial para a nossa integração em redes europeias e para a circulação de docentes e doutorandos por cursos europeus similares, com ganhos a todos os níveis. Entendo, aliás, que é um requisito central pensar-se o novo curso em moldes que permitam a sua associação, de forma simples senão mesmo formalmente automática, a outros similares. Para tal não bastará um criterioso alinhamento com as regras do ECTS, mas também uma estratégia inteligente na definição das *competências*, as quais deverão ser muito claras e universais na formulação e na designação, muito específicas nos conteúdos – por forma a que valha a pena a alguém interessar-se por nós.

#### **– algumas regras [competências/áreas científicas e orgânica]**

Tendo essencialmente em conta a designação do programa e a sua correlação com um entendimento do que é a área de especialização *Teoria e História*, propõe-se que a estrutura da parte lectiva do curso – o seu primeiro ano – seja organizada segundo 8

---

<sup>8</sup> A legislação portuguesa é recente e consiste no Decreto-Lei n.º 42 de 2005 de 22/Fev.º, no Despacho n.º 10543/2005 de 11/Maio e na Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto. A principal variante é a expressão *área científica* em vez de *competência*, o que diminui a acuidade.

disciplinas agrupadas 2 a 2 segundo 4 competências específicas [áreas científicas] – a sua relação com o sistema ECTS será descrita adiante:

1. **História da Arquitectura;** conhecimentos globais médios de História da Arquitectura e do processo de formação desse conhecimento, mediados pelo estudo aprofundado de um determinado período, tema e/ou programa; no contexto lectivo esta vertente mais aprofundada é adequada à apresentação e desenvolvimento de leituras pessoais e metodológicas de uma problemática por forma a constituir exemplo de uma investigação de fundo;
2. **História do Urbanismo;** conhecimentos globais médios de História do Urbanismo e do processo de formação desse conhecimento, mediados pelo estudo aprofundado de um determinado período, tema e/ou programa; no contexto lectivo esta vertente mais aprofundada é adequada à apresentação e desenvolvimento de leituras pessoais e metodológicas de uma problemática por forma a constituir exemplo de uma investigação de fundo;
3. **Teoria da Arquitectura e do Urbanismo;** conhecimentos médios, mas globais, sobre as correntes de pensamento sobre a Arquitectura e o Urbanismo, de forma autonomizada [em 2 disciplinas diversas, por exemplo] ou sequencial [em 2 disciplinas com o tradicional sufixo I e II, também numa mera ilustração], sendo encorajado o desenvolvimento individual e aprofundado de perspectivas críticas e/ou ensaísticas;
4. **Metodologias de Investigação em estudos arquitectónicos:** conhecimentos teóricos, técnicos e práticos de investigação sobre fontes documentais, desenhadas e materiais, bem como a fixação dos resultados sobre suportes e segundo protocolos reconhecidos no meio académico-científico.

Seguindo as recomendações do ECTS e a legislação portuguesa, a caracterização temática e específica das disciplinas dentro do pretendido para cada uma destas *competências* fica a cargo dos docentes do DARQ para tal habilitados, sob a forma de propostas por edição apreciadas e aprovadas pela Comissão Científica. Tais propostas deverão indicar, não apenas o *programa*, *conteúdos* e *métodos* da disciplina, mas também a participação lectiva de convidados [com o respectivo orçamento] e a organização horária do funcionamento, segundo os preceitos gerais abaixo propostos.



Qualquer docente poderá apresentar, nos mesmos moldes, a proposta de criação de uma disciplina a ser leccionada por um ou mais colegas ou especialistas internos ou externos ao DARQ [com declaração de aceitação do mesmo], assumindo contudo a correspondente responsabilidade académica. De acordo com a Lei, cada estudante pode propor a substituição da frequência de uma ou mais disciplinas por outras afins leccionadas em universidades com certificação ECTS, estabelecendo para tal o correspondente contrato.

De acordo com a experiência anterior do curso, o qual nisso se baseou no funcionamento de alguns outros com um longo historial de sucesso, propõe-se que o funcionamento de cada uma das disciplinas seja feito de forma intensiva. Tal opção não só permite uma maior concentração do esforço, mas também a colaboração de especialistas externos do mais elevado gabarito e a frequência pontual por estudantes de outras universidades. Importa, contudo, introduzir algumas correcções, umas por imperativos de ordem administrativa, outras visando a melhoria da prestação dos docentes e, assim, da globalidade dos resultados.

É necessário dar aos alunos tempo de estudo e reflexão individual na vigência de cada um dos módulos, criando mecanismos de responsabilização e avaliação desse trabalho. Hoje, perante a extrema e a-hierarquizada massa de informação disponível, em todos graus de ensino, mas designadamente ao nível da formação especializada de docentes universitários e investigadores, é fundamental valorizar a aprendizagem mesmo que em detrimento da transmissão de conteúdos. Mais do que ensinar, compete ao docente levar o aluno a aprender. Deve servir-lhe de exemplo não pelo que sabe, mas pela capacidade que tem de obter, seleccionar, desenvolver, comunicar e operacionalizar esse conhecimento.

Outro aspecto fundamental é o da parametrização e objectivação da produção individual. Os trabalhos de avaliação, mais do que a viabilizarem devem ser encarados como produção de conhecimento disponibilizável a um público interessado, quer sob a forma de artigos em publicações periódicas existentes, quer sob a forma de comunicações ou posters em reuniões científicas, quer ainda sob a forma de colectâneas de tiragem restrita produzidas no âmbito das disciplinas, das áreas científicas ou da globalidade do programa. Como objectivo mínimo cada um deverá conhecer a produção de todos, incluindo a dos docentes.

Do que é essencial, falta agora caracterizar a *carga de trabalho* para cada uma das *competências* e, depois, a sua atribuição por disciplina. Mas antes importa registar um panorama geral do

desenvolvimento do trabalho ao longo de todo o programa. Em consonância com o que atrás se registou e para um horizonte a 4 anos, metade desse tempo deverá ser destinado a um acompanhamento lectivo mais próximo – com uma maior planificação e investimento pedagógicos – e a outra metade a um trabalho mais autónomo de desenvolvimento e fixação do conhecimento original<sup>9</sup> produzido.

A ideia é a de que durante o primeiro ano os alunos frequentem e cumpram em exclusividade a programação das disciplinas pelas quais optem e às quais estejam obrigados. A organização dos respectivos tempos de contacto e de trabalho individual será da responsabilidade do regente de cada uma das disciplinas e deverá estar detalhadamente expressa na proposta inicialmente submetida à Comissão Científica. Quando antecipadamente se tenha a certeza da abertura de uma nova edição do programa no ano subsequente, poderão os alunos em maiores dificuldades optar por cumprir nesse ano seguinte o programa até 2 das disciplinas ou equivalentes das 7 a que estão obrigados. Nesses casos a inscrição do tema de dissertação no final do primeiro ano será aceite de forma a isso condicionada.

A inscrição do tema da dissertação no âmbito deste programa carece do cumprimento das condicionantes legais específicas e, cumulativamente, das que decorrem do cumprimento do aqui disposto, sendo essencial a obtenção dos 60 ECTSs neste curso e/ou em outro com equivalência ECTS, bem como a realização das correspondentes disciplinas com uma média geral ponderada superior a 16 valores.

O segundo ano – até o final do anterior terá de ser definido e registado o tema da dissertação – é destinado ao início das tarefas de pesquisa, sendo obrigatória a frequência semanal participativa do respectivo *Seminário de Dissertação*, dando conta do trabalho desenvolvido, submetendo à discussão relatórios, projectos de comunicações e artigos no âmbito temático da dissertação em curso. Impõe-se-lhe também a participação científica e organizativa no plano de conferências, reuniões e publicações científicas que anualmente venha a ser estabelecido para o programa.

Como cada aluno terá de contar com a orientação ou co-orientação de um docente da Universidade de Coimbra – que terá de reger um *Seminário de Dissertação* correspondente dotado de instrumentos de caracterização, planeamento e controle –, no acto de

---

<sup>9</sup> No ponto 1 do art.º 17º do Decreto-Lei nº216/92 de 13 de Outubro lê-se o seguinte: "O grau de doutor comprova a realização de uma contribuição inovadora e original para o progresso do conhecimento, um alto nível cultural numa determinada área do conhecimento e a aptidão para realizar trabalho científico independente."

aceitação da orientação este torna-se expressamente responsável pelo cumprimento das obrigações do seu orientando, com especial destaque para o primeiro ano de orientação. Os restantes dois anos decorrerão segundo acompanhamento e uma planificação definidas entre orientador e orientando, ainda que, de acordo com a Lei, sujeita a relatórios anuais. É necessário ter em conta a carga de trabalho anual mínima de 1500 horas conducente à obtenção dos 60 créditos necessários.

Cada docente responsável por um *Seminário de Dissertação*, deverá fazer aprovar pela Comissão Científica a sua designação, bem como o respectivo calendário de funcionamento, cumprindo ao longo do ano com todas as obrigações académicas disso decorrentes, designadamente sumários, listas de presença, etc. Os Seminário de Dissertação correspondentes ao segundo ano do curso de qualquer aluno deverão corresponder, no mínimo, à realização de uma sessão semanal com 1 hora de duração por cada inscrito, com um mínimo de 2 horas.

#### **– a carga de trabalho, as ECTSs e as disciplinas**

Segundo as regras do ECTS e a legislação portuguesa, a carga de trabalho total anual para qualquer curso deverá situar-se nas 1500/1800 horas, ou sejam, 60 ECTSs. Optemos pelo mínimo, apostando no voluntarismo e auto-responsabilização que é de esperar dos estudantes de pós-graduação.

As Áreas Científicas 1, 2 e 3 atrás caracterizadas – *História da Arquitectura, História do Urbanismo e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo* – deverão ter peso igual e claramente superior à 4 – *Metodologias de Investigação em estudos arquitectónicos* –, pois esta tem um carácter mais objectivo e menos reflexivo. Mas é óbvio que o sucesso de uma formação para doutoramento passa pela aquisição máxima dessa Área Científica 4, ou seja, que a obtenção dos respectivos créditos deverá ser obrigatória. Por outro lado deveremos permitir ao estudante aliviar parte da carga de trabalho numa das Competências/Áreas Científicas 1, 2 ou 3 que menos lhe diga respeito – uma das suas duas disciplinas.

Conjugando as conclusões sumariamente expostas no parágrafo anterior, propõe-se que a cada uma das Competências 1, 2 e 3 sejam atribuídas 20 ECTSs e 10 à Competência 4. Tudo somado dá 70, mas como se permite a não concretização de metade da carga de trabalho de uma das Competências 1, 2 ou 3, tem que se

deduzir o valor 10 àquele total. Assim se apuram as 60 ECTSs mínimas para um ano curricular.<sup>10</sup>

De forma simples e resumida:

- a cada 1 das 2 disciplinas das Competências/Áreas Científicas 1, 2 e 3 correspondem 10 ECTSs;
- dessas 6 disciplinas é obrigatória a frequência com sucesso de 5;
- as 2 disciplinas da Competência/Área Científica 4 são obrigatórias e a cada uma delas correspondem 5 ECTSs.

Pretendendo-se que as 8 disciplinas sejam leccionadas ao longo de um único ano, que a cada uma seja atribuído um período temporal exclusivo e que se cumpram as cargas de trabalho de acordo com o ECTS, esse período é de 6 semanas para as disciplinas de 10 ECTSs e de 4 semanas para as de 5 ECTSs. Esta atribuição tem como base o princípio de que é exigível a cada estudante uma dedicação mínima de 7 a 8 horas de trabalho por cada dia útil – razoavelmente abaixo do que é de esperar a este nível de estudos<sup>11</sup> –, perfazendo-se 240 horas para as primeiras e 150 horas para as restantes, num total de 1500 horas para se atingir o mínimo de 60 ECTSs. A totalidade das disciplinas ocupará no calendário [(6x6)+(2x4)] 44 semanas e a cada estudante 38.

Como atrás se deixou proposto, caberá ao docente proponente da disciplina a organização e distribuição das actividades de contacto e de trabalho independente dentro do tempo que lhe for afecto. Esse facto permite-lhe articular o seu próprio tempo de contacto com as demais obrigações docentes, bem como absorver o impacto dos dias em que, por feriado nacional ou académico, não há aulas. No entanto é obrigatório o cumprimento dos seguintes requisitos:

- um total de 30 horas de aulas teóricas e de 5 horas semanais de seminário; assim se apura um tempo mínimo de contacto de 60 horas para cada uma das disciplinas das Competências 1, 2 e 3 [+25% da respectiva carga de trabalho] e de 50 para cada uma das disciplinas da Competência 4 [+33% da respectiva carga de trabalho];

---

<sup>10</sup> Apenas como curiosidade note-se que de acordo com o ainda vigente sistema de unidades de crédito – Decreto -Lei nº173/80 de 29 de Maio – caberiam a cada uma das disciplinas 3 unidades de crédito, sendo necessário totalizar 21 para concluir o primeiro ano do curso.

<sup>11</sup> Em compensação entende-se que não é deduzível o tempo de trabalho correspondente a feriados, tolerâncias de ponto ou outros dias em que normalmente não há aulas.

- o tempo total de contacto não poderá ser superiores a 50% do total da carga de trabalho;
- como resultado individual do qual em grande medida dependerá a avaliação, um artigo científico com uma dimensão compreendida entre os 20.000 e os 40.000 caracteres [excluindo notas, anexos e/ou bibliografia].

Ilustrando o que aqui se propõem e dando, finalmente, cumprimento ao requisito do concurso que me levou à elaboração do presente documento, passo agora à apresentação da proposta de conteúdos e funcionamento — o *relatório*, feito nestes novos moldes e como se a disciplina vá ser leccionada já em 2006 — da disciplina *Construção da Cidade Portuguesa* no renovado *programa ea|ATM*. A seu tempo proporei uma outra que com ela se articulará por forma a dar cumprimento integral à Competência/Área Científica 2: *História do Urbanismo*.

anexo — **Simulação do Calendário de funcionamento do 1º ano do curso em 2006**

observações :

- a proposta para a correspondência do ano lectivo com o ano civil, tem como objectivo, entre outros, a sua compatibilização com os sistemas de financiamento/bolsas;
- os períodos lectivos correspondem a módulos por disciplina, não aos tempos de aulas e/ou seminários, o que será determinado por cada regente na distribuição da carga de trabalho nestes intervalos.

área científica.parte		início	fim
hist. <sup>a</sup> architect. <sup>a</sup>	1.1	02.Jan	10.Fev
hist. <sup>a</sup> urbanismo	2.1	13.Fev	24.Mar
teoria	3.1	27.Mar	05.Mai
metodologias	4.1	15.Mai	09.Jun
hist. <sup>a</sup> architect. <sup>a</sup>	1.2	12.Jun	21.Jul
hist. <sup>a</sup> urbanismo	2.2	04.Set	13.Out
teoria	3.2	16.Out	24.Nov
metodologias	4.2	27.Nov	22.Dez

### 3. a disciplina/O relatório<sup>12</sup>

Esta disciplina visa dar resposta a uma das duas partes da Competência/Área Científica 2 – História do Urbanismo – do curso, precisamente a que corresponde ao “*estudo aprofundado de um determinado período, tema e/ou programa.*” Sendo que “*esta vertente mais aprofundada é adequada à apresentação e desenvolvimento de leituras pessoais e metodológicas de uma problemática por forma a constituir exemplo de uma investigação de fundo*” e uma vez que considero o meu percurso científico adequado a esse papel, achei próprio proceder à concepção do programa de uma disciplina que traduza esse meu percurso.

Trata-se de uma disciplina que, ao invés da outra que proporei, será apenas leccionada por mim, convidando alguns dos personagens que participaram na *construção* que quero recriar e dar conta. É na lógica de um ensino centrado no estudante da *Declaração de Bolonha* – pedagogicamente inovador – que este relatório se revê. A programação que se apresenta tem como antecedente indirecto, entre outros, experiências desenvolvidas no âmbito da disciplina *História da Arquitectura Portuguesa* que há cerca de oito anos lecciono à licenciatura do DARQ. Mais relevantes são, contudo, os antecedentes directos.

Em Agosto de 2003 leccionei em versão compacta – num mês o equivalente a uma disciplina semestral – o curso *Universo Urbanístico Português* no Programa de Pós Graduação em Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade Federal da Bahia. No âmbito da primeira edição do ea|ATM e com alterações, meses depois testava de novo a temática já sob a designação que aqui retomo e recomponho.

A evolução produzida entre as *versões bahiana e coimbrã*, encontra-se por trás da alteração da própria designação. A um nível avançado pareceu-me bem mais importante e adequado reflectir sobre a construção de um conhecimento algo mais abrangente e com uma designação discutível, do que afunilar a temática e expô-la de forma convencional, seguindo um alinhamento cronológico de quase exclusivo pendor historiográfico. É, no mínimo, estimulante, pois tenho-me batido pela não utilização para os fins em vista da tão corrente designação *cidade portuguesa* em favor de uma outra *construção*, a da *história do urbanismo português*. Poderá ser útil para todos a avaliação dessa minha relutância.

---

<sup>12</sup> Parte das considerações que aqui caberiam num enquadramento da disciplina foram desenvolvidas antes. Aqui as propostas relativas à disciplina são também uma forma de ilustrar o funcionamento da parte lectiva do curso no qual se insere.

**a] PROGRAMA**

Para o conhecimento cabal do cerne desta proposta de disciplina, vale então a pena concentrarmo-nos na sua designação, a qual tem duas componentes: *construção* e *cidade portuguesa*, tendo também as duas palavras forte e amplos significados. Começemos por aí.

Sem aqui poder enveredar por análises etimológicas e semânticas demasiado profundas<sup>13</sup> – próprias, aliás, à outra disciplina desta Área Científica –, impõe-se, contudo, evidenciar como o termo *cidade* designa o todo, desde um aglomerado urbano complexo, consolidado e consistente à condição de habitat do homem civilizado. *Cidade*, até pelas suas expressões em Latim – *civitas* – e em Grego – *polis* – é uma palavra que significa demasiado para poder ser precisa. A não ser que tenha anexo algo que a delimite ou restrinja.

Neste caso é o termo *portuguesa*. Trata-se, pois, da cidade numa ou de uma cultura específica, o que mesmo assim é ainda um conceito de âmbito extraordinariamente lato, pois designa algo que, como hoje, sempre foi transnacional, ou não fosse a cultura portuguesa matricial e intemporalmente mestiça.

O que aqui nos interessa é, contudo, o facto de a matéria que habitualmente é versada sob a designação *cidade portuguesa* não ser o todo civilizacional e universal dessa cultura, mas tão só algumas características das suas urbes, designadamente o que diz respeito à forma e significado da sua matéria – a Arquitectura do seu todo, ou melhor, o seu Urbanismo. Porém ela é forma, espírito, função,...

Por exemplo, não se indagam e retratam com igual detalhe os aspectos sócio-económicos. De facto o entendimento comum e disciplinar da expressão é, pelo menos de imediato, abusivo. Exagerando para melhor ilustrar, a *cidade* não é e em caso algum poderá ser uma área do conhecimento, mas sim e quando muito, pode confundir-se com o próprio. Já o *urbanismo*...

A utilização do termo *cidade* como sinónimo de *urbanismo* não é uma questão ou vício especificamente português. Os italianos, de certa forma pioneiros e a quem muito se deve do desenvolvimento das áreas disciplinares afins, estão na origem e prática extensiva do equívoco e nos países anglo-saxónicos a utilização do termo *urbano* e derivados é recente e de penetração muito

---

<sup>13</sup> É vastíssima a bibliografia sobre esta matéria. De uma forma simples eu próprio tentei arrumar algumas ideias em "História do Urbanismo e Identidade – a arte inconsciente da comunidade." «História». Lisboa: História – Publicações e conteúdos multimédia. n.º27, 2000, pp. 40-47, também publicado em «A urbe e o traço – uma década de estudos sobre o urbanismo português». Coimbra: Almedina. 2002, pp. 14-22.

lenta, não sendo também muito esclarecida e uniforme a utilização diferenciada dos termos *town* e *city*. Mas neste âmbito tal problema não é nosso.

Igual sucede no que diz respeito aos jargões ou vocabulários profissionais, muito especialmente o dos arquitectos. É revelador como estes têm tendência para o exercício desse equívoco, quiçá pela sua inconsciente, proverbial e característica atitude demiúrgica – o desejo de desenhar, ordenar e conduzir o mundo à utopia com a sua acção. Assim se justifica a pretensão de escala, perspectivando-se o detalhe através do todo, resolvendo-se o território pela mesma forma/método como se resolvem detalhes construtivos.

Muito da ideia [ou ideal?] profissional comum da Arquitectura como uma disciplina de síntese [interdisciplinar], reflecte-se nesse abuso de considerar a *cidade* – sem qualquer restrição semântica e por isso no todo – como o seu território de intervenção. Vista de fora é uma inverdade, de dentro é uma realidade fulcral, pois nela reside o pilar central, o método da Arquitectura, que reconhece na escala um dado, mas nunca um obstáculo e encontra na proporção a composição. Daí a relação directa com as Matemáticas que, já agora, também à sua maneira ambicionam explicar, racionalizando, o todo.

Avancemos. Utilizada abusiva e restritivamente enquanto tal, a expressão *cidade portuguesa* significará o mesmo que *urbanismo português*? Não! O *urbanismo português* é uma realidade bastante concreta e actual, que pode ser abordada segundo uma série mais precisa de enfoques disciplinares. A *cidade portuguesa* só existe segundo perspectivas de matriz histórica, embora não seja História. O primeiro é contemporâneo, mas obriga a uma comparação objectiva e de longo curso com teorias, modelos e parâmetros internacionais; por regra esta é discursada sobre si e na cronologia do Império Português de dimensão universal, da conquista de Ceuta [1415] à secessão Portugal-Brasil [1822].

Não se pode, porém, deixar de fazer notar como a utilização da expressão nos remete para dois factos relevantes: a] a consciência de que o urbanismo – ou melhor: a *arquitectura da cidade*<sup>14</sup> – é um registo material de excelência do passado civilizacional; b] que a conjugação de um termo universal – *cidade* – com um nacional – *portuguesa* – tem como resultado a expressão do âmbito universal da temática [*portugalidade?*], bem como do intervalo cronológico em que tal se produziu e do qual dá conta, no fundo o Antigo Regime em *tempo longo*.

---

<sup>14</sup> É irresistível a referência directa à reflexão de Aldo Rossi sobre esta temática – ROSSI, Aldo (1966) – «A arquitectura da cidade». Lisboa: Edições Cosmos. 1977.



Quando cruzamos a universalidade da *cidade portuguesa* com a pretensa identidade na sua materialidade urbanística, ressalta logo a dimensão histórica. No meio da diversidade que caracteriza a contemporaneidade é difícil, senão mesmo impossível, sustentar a existência inequívoca e caracterizável de algo comum ou constante entre itens diversos sem o recurso a uma identificação, leitura e interpretação, assistidas por outras disciplinas, das suas camadas históricas. Em suma, o conceito de *cidade portuguesa* só existe, só se sustenta nas Ciências Humanas, designadamente na História. Só que esta é um edifício erguido segundo uma mutante complexidade de interpretações.

Assim nos surge a explicação, a terceira chave para o entendimento da designação da disciplina: a História como *construção*, como edifício interpretativo de realidades passadas com registos contemporâneos relevantes para o nosso quotidiano. A *cidade portuguesa* enquanto *construção* é, necessariamente e sem a esgotar, *história do urbanismo português*, mas não só: epistemologicamente é também uma expressão contemporânea, o resultado da indagação de alguns sobre as questões postas por muitos em torno da identificação e compreensão de fenómenos identitários, num momento de crise ou viragem da modernidade.

O tema *cidade portuguesa* é, se assim o quisermos, uma resultante da condição pós-moderna nacional. Note-se, em jeito de contra-prova, como a generalidade dos especialistas brasileiros neste tipo de temas, se refere ao mesmo fenómeno como sendo o período colonial da *cidade brasileira* ou a *cidade do Brasil colonial*. Interessante e muito significativo é que o tenham colocado bem mais cedo, no auge da modernidade que no século passado sintetizou, uniu e caracterizou a identidade brasileira. Neste tipo de *construções* cada um apropria-se do que convém... tal como os arquitectos permanentemente se apropriam da *cidade* reinventando-a como tema! Não é por acaso que têm sido eles quem mais tem prolongado a utilização da expressão.

Essa ambiguidade ou oportunismo – para usar palavras deliberadamente exageradas e duras – não retiram a cientificidade a parte do conhecimento em questão. A produção científica em todos os domínios é a resposta a necessidades, a estímulos induzidos pela sociedade e civilização, sendo a contaminação não só inevitável, mas essencialmente profícua. Em ciência o essencial é a validação da temática e do argumento.

Quando a revista holandesa «Fórum» publicou, em número especial, a primeira versão do que veio a ser o livro de Joseph Rykwert «A ideia de uma cidade», o seu editor, Aldo van Eyck "suggested that it would serve as a reminder to architects of something

*which they seemed to have forgotten: that the city was not just a rational solution to the problems of production, marketing, circulation and hygiene – or an automatic response to the pressure of certain physical and market forces – but that it also had to enshrine the hopes and fears of its citizens.”<sup>15</sup>*

A *cidade portuguesa* é, em boa medida, um tema, uma teoria de resposta contemporânea a estas últimas necessidades. Já a *história do urbanismo português* é uma problemática disciplinar de interesse internacional. Recorrendo de novo ao caso brasileiro, jamais será correcto integrar, sem o especificar, o urbanismo do período colonial numa história do urbanismo brasileiro. Tal como nós jamais consideraremos *português* o urbanismo produzido no nosso actual território nos períodos romano ou islâmico. São apenas camadas fundamentais da espessura histórica e material das nossas cidades e do nosso território e que informam a nossa cultura e o nosso urbanismo, nada mais. Mas são *cidade portuguesa*.

Claro que a evolução mais recente do conhecimento sobre a problemática do *urbanismo português* e a sua consubstanciação histórica – no âmbito aqui inicialmente definido da relação entre a arquitectura, o território e a sociedade [a *cultura do território*] –, teve como base o interesse preliminarmente suscitado pela temática bem mais vasta da *cidade portuguesa*. Mas também ali encontrou alguns escolhos sobre a forma de equívocos. Basta lembrar o primarismo dos argumentos dirimidos em torno da diferença entre os padrões urbanísticos portugueses e espanhóis, o mito do renascentismo dos traçados urbanos das cidades do antigo Estado da Índia Portuguesa ou o feliz circunstancialismo na reacção técnica e política qualificada ao Terramoto de 1755.

Tudo isso teve como razões de fundo, entre muitas outras, um primarismo nacionalista e a rigidez metodológica com que se cristalizaram as barreiras cronológicas que isolaram a *idade de ouro* da expansão dos demais processos que nela convergiram e divergiram. Deles são bons exemplos a experiência da conformação medieva do território de origem e o intenso escambo cultural com o mundo hispânico produzido durante as seis décadas de união ibérica. Cumprira-se o objectivo de aceitar e justificar tudo através de uma romântica, bisonha e isolada *genialidade lusitana*, à qual se contrapôs ou, se assim o entendermos, se juntaram propostas mais abrangentes e integradoras como o *lusotropicalismo*.

---

<sup>15</sup> RYKWERT, Joseph (1976) – «The Idea of a Town». Cambridge/London: MIT Press. 1988, *preface*.

Há, de facto, algo como que *sebastiânico* nas formulações ensaísticas em torno da *cidade portuguesa* o que, para os nossos objectivos e só por si justifica o interesse aqui muito focado na sua *construção* – ou *reconstrução* enquanto *história do urbanismo*.

A disciplina apresenta-se, pois, como um desafio à reflexão sobre a condição cultural dos conceitos e do conhecimento, a sua produção e respectivos centros, interesse, contexto e objectividade – no fundo a sua instrumentalização. É-lhe essencial caracterizar e contextualizar cultural e historicamente os protagonistas do desenvolvimento disciplinar. Necessita, como é óbvio, dos seus conteúdos, da sua sedimentação – a *cidade* – como se de matéria prima se tratasse. Mas nisso não tem que ser obsessiva ou sequer exaustiva. Cada qual procurará informação – assimilando-a – sobre os conteúdos que mais importantes lhe sejam.

Por mais consolidadas que pareçam, importa levar cada estudante a desmontar e recompor para si as premissas do edifício cultural e/ou ideológico que é a *cidade portuguesa*, usando para tal os instrumentos metodológicos mais sólidos e estabilizados da *história do urbanismo*, designadamente em tudo quanto diz respeito à cultura internacional e à análise da resultante: a realidade urbanística de hoje. Necessitará também de recorrer a fontes gráficas e escritas.

A par com a consciência e produção de uma história da história e dos respectivos centros emissores, nesta programação está implícito o desenvolvimento de conhecimentos aprofundados sobre os contextos de cada facto. No fundo apelar-se-á para a reflexão simultânea sobre três momentos: 1 – o da constituição do facto; 2 – o da produção do conhecimento sobre ele; 3 – o da sua contemporaneidade.

Para o futuro investigador é fundamental a interiorização de que a materialidade *imóvel* e *mutável* do processo histórico – o Urbanismo, a Arquitectura, etc. –, mas também a da produção histórica e teórica, se consubstanciam pela interacção contínua de binómios consequência/condicionante. Esta é, na essência, uma disciplina da Área Científica *História do Urbanismo*, que se detém numa problemática transdisciplinar que a perturba e estimula enquanto ciência. Ou não fosse o conhecimento mais global e seguro que temos hoje, em boa medida a resultante da intuição e paixão de ontem na *construção da Cidade Portuguesa*.

**b] MÉTODOS**

Após tudo o já se propôs, dissertar detalhadamente sobre os métodos seria entediante. Como a própria temática, o sistema de enquadramento e funcionamento da disciplina já descrito tem implícitas muitas dessas questões. Importa, contudo, sistematizar e exemplificar aspectos menos claros ou ainda por esclarecer. Afinal de contas a estrutura pedagógica da disciplina é uma das principais apostas.

O princípio fundamental consiste no máximo envolvimento dos alunos – que logo reconheço como investigadores – no processo lectivo, levando-os à preparação da matéria e das aulas e à obtenção de um produto final sob a forma de um artigo com uma abordagem original e cumprindo os protocolos científicos. Entendo que a este nível, o ensino deve pautar-se por um estímulo ao estudo individual como primeiro estágio da investigação. O desenvolvimento das capacidades de comunicação oral e escrita, bem como de manipulação de meios auxiliares, são também outros objectivos fundamentais.

A disciplina corresponde a 10 ECTSs e a uma carga de trabalho mínima de 240 horas em 6 semanas, num regime mínimo de 8 horas de trabalho por cada dia, excluindo-se formalmente os fins-de-semana. Desse total é forçoso que um mínimo de 30 horas sejam ocupadas com aulas teóricas e 30 horas com seminários distribuídos por todas as semanas com um mínimo de 5 horas para cada uma delas. O número total de horas de contacto não poderá exceder as 120.

A programação para esta disciplina teve como resultado um pouco mais do que a duplicação do número mínimo de horas de seminário, atingindo-se um total de 96 horas de contacto [40%]. No actual sistema de créditos contabilizar-se-iam 4 unidades, duas pelas horas de aula teórica e outras duas pelo tempo dedicado a seminários. Para além dos períodos lectivos previstos [aulas e seminários] existirão momentos de atendimento individual.

Face aos processos e objectivos estabelecidos e ao calendário para 2006 [13 de Fevereiro/24 de Março, incluindo o Carnaval a 28 de Fevereiro e o dia da Universidade a 1 de Março], o trabalho da disciplina será dividido em três fases principais com duração sensivelmente semelhante:

1. Preparação da disciplina através da produção orientada e comentada de leituras – de 13 a 22 de Fevereiro;
2. Período intensivo de contacto composto pela leccionação participada de aulas teóricas de 3 horas cada todas as

manhãs, num total de 10, seguidas à tarde de seminários para discussão da[s] problemática[s] expostas de manhã, definição e início do desenvolvimento dos trabalhos individuais – de 23 de Fevereiro a 10 de Março;

3. Produção dos trabalhos práticos, apoiada pela realização de seminários – de 13 a 24 de Março.

Façamos agora um percurso abreviado pela programação desses momentos, estabelecendo em simultâneo uma calendarização adaptada ao ano lectivo específico.

#### – preparação

No primeiro dia – 2ª Feira, 13 de Fevereiro – entre as 10.00 e as 13.00 horas será realizado um *Seminário de Abertura* no qual, para além de uma intervenção geral do docente sobre a problemática da disciplina – o que acaba por estar resumido na rubrica *Programa* deste relatório –, será exposto e discutido o respectivo plano de trabalho, bem como distribuído um dossier com a informação e materiais necessários [ver adiante]. Finalmente cada aluno será encarregue da leitura e elaboração de fichas de leitura de um conjunto de textos, as quais serão apresentadas no seminário seguinte.

O *Seminário de Leitura 1* terá lugar na 6ª Feira seguinte, dia 17 de Fevereiro, entre as 15.00 e as 19.00 horas. Nele cada aluno distribuirá pelos colegas as fichas de leitura produzidas, apresentando-as de forma breve e por forma a suscitarem debate aberto. No final do seminário serão programadas as leituras a realizar por cada um até ao seminário seguinte.

O *Seminário de Leitura 2* terá lugar na 4ª Feira seguinte, dia 22 de Fevereiro, entre as 10.00 e as 13.00 horas, decorrendo de forma semelhante ao anterior. Serão preparadas as questões que abrirão o debate do seminário seguinte. Os alunos procederão à compilação, reprodução e distribuição entre si de todas as fichas de leitura produzidas.

O *Seminário de Leitura 3* terá lugar entre as 15.00 e as 19.00 horas do mesmo dia 22 de Fevereiro e consistirá no debate directo com convidados, os quais serão alguns dos autores dos textos entretanto lidos. Recorrer-se-á essencialmente ao confronto dos convidados com as fichas de leitura elaboradas sobre alguns dos seus textos.

No final de cada *Seminário de Leitura* o docente indicará quais os estudantes que procederão à preparação da apresentação em

aula teórica de alguns dos temas entretanto abordados a partir das leituras efectuadas. Ser-lhes-á indicado a data e o tempo de que dispõem para a exposição, bem como facultado o material lectivo de que disporia caso fosse ele a expor o assunto. Será encorajada a procura e consulta de outras obras e materiais relacionados com a matéria em questão, bem como a produção e apresentação de uma perspectiva interpretativa própria.

Tal como face à experiência docente acumulada sei que nenhuma aula minha é igual a outra sob o mesmo programa, admito e desejo a possibilidade de alteração da programação de conteúdos – por substituição, acréscimo, restrição por aprofundamento de um aspecto particular, etc. – em função dos resultados atingidos pelos alunos nesta fase de preparação. Os conteúdos podem ser entendidos como instrumentos e não como o objectivo. Porém, a plataforma de liberdade e criatividade aqui expressa jamais deverá ser lida como licenciosidade em relação aos objectivos e programa central da disciplina já aqui bem explicitados.

#### **– exposição e debate**

Nos 10 dias úteis compreendidos entre 23 de Fevereiro e 10 de Março – em 2006 para além de dois fins de semana, ocorrem dois feriados pelo meio – serão leccionadas *aulas teóricas* entre as 10.00 e as 13.00 horas, de acordo com a programação de conteúdos que adiante vão sumariados. Serão sessões nas quais as matérias serão expostas pelo docente e pelos alunos de forma convencional, com recurso à exibição de imagens, eventual realização de visitas de estudo, etc.

Será dado ênfase ao enquadramento histórico dos factos, à construção do conhecimento transmitido e à sua operacionalidade actual. Gradualmente caminhar-se-á de um momento lento e centrado em conceitos e produção, para uma leitura mais célere e global dos factos e fenómenos – constituídos em corolário –, mantendo-se sempre a presença de todas essas vertentes. Sobre factos e fenómenos é fácil encontrar informação sistematizada, pois por regra os autores não dissertam sobre o seu próprio contexto. Pretende-se que, em função dos resultados e trabalho desenvolvido anteriormente, parte considerável da matéria de cada aula seja exposta por um ou mais estudantes.

Entre as 15.00 e as 19.00 horas de cada um desses dias serão realizados *Seminários de Aprendizagem*, os quais se concentrarão no debate de questões suscitadas pela aula da manhã. Será ainda dedicado tempo à definição temática e orientação da elaboração dos artigos individuais a entregar no final da disciplina.

No caso da realização de visitas de estudo, a aula teórica e o seminário desses dias fundir-se-ão, sem contudo deixar de se assegurar a prossecução nos próprios locais da essência desses dois momentos lectivos: a exposição e o debate.

### – produção

Nas 2 semanas finais o trabalho concentrar-se-á na elaboração do artigo científico de entre 20.000 a 40.000 caracteres – excluindo espaços, notas, anexos e/ou bibliografia –, que cada aluno terá de entregar no final para avaliação curricular e contributo para uma despretensiosa edição colectiva. Como suporte serão realizados 2 *Seminários de Redacção* semanais – mais precisamente nos dias 13, 16, 20 e 23 de Março entre as 10.00 e as 13.00 horas – durante os quais será feito pelo colectivo um acompanhamento crítico do trabalho de cada um.

No dia 24 de Março de 2006 os trabalhos serão entregues em formato digital segundo matriz antes definida, por forma a rapidamente constituírem – com um texto de apresentação do docente – um volume que será reproduzido e distribuído. Junto deverá ser entregue um breve relatório de auto-avaliação do estudante, ao qual deverão ser anexas cópias de outros materiais produzidos no âmbito da disciplina.

Em sobrescrito fechado – que apenas será aberto após a publicação da pauta com as classificações – deverá cada aluno proceder também à entrega de uma breve reflexão crítica sobre o funcionamento da disciplina, a qual deverá ter como único escopo a sua melhoria em edições futuras.

### – calendário e horário

		2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira
Fev.13/17 2006	10-13 15-19	s.º abertura				s.º leitura
Fev.20/24 2006	10-13 15-19			s.º leitura s.º leitura	aula teórica s.º aprend.	aula teórica s.º aprend.
F-M.27/03 2006	10-13 15-19	aula teórica s.º aprend.			aula teórica s.º aprend.	aula teórica s.º aprend.
Mar.06/10 2006	10-13 15-19	aula teórica s.º aprend.	aula teórica s.º aprend.	aula teórica s.º aprend.	aula teórica s.º aprend.	aula teórica s.º aprend.
Mar.13/17 2006	10-13 15-19	s.º redacção			s.º redacção	
Mar.20/24	10-13	s.º redacção			s.º redacção	

**– dossier**

Como atrás se disse, no *Seminário de Abertura* será entregue a cada estudante um dossier sobre a disciplina. Sem prejuízo da inclusão de outros materiais e informações, bem como de uma estruturação mais apurada, deixa-se aqui uma lista de conteúdos:

- cópia deste relatório [actualizada anualmente];
- calendário e horário;
- indicações sobre o funcionamento das bibliotecas da universidade que interessam ao curso [DARQ, Geral, Departamento de Matemática, Departamento de Antropologia, Faculdade de Letras, Instituto de Geografia, Instituto de História da Arte];
- listagem de arquivos cujos acervos são relevantes para a investigação no domínio temático da disciplina;
- compilação de cópias de textos de leitura obrigatória que não estejam disponíveis em nenhuma das bibliotecas supra listadas;
- listagem dos textos de leitura obrigatória disponíveis nas bibliotecas da Universidade de Coimbra com indicação precisa da respectiva localização;
- instruções e normas para os artigos que no final terão de ser entregues por cada um dos estudantes.

**– avaliação**

A avaliação será feita tendo em conta não apenas o artigo de cada um [60%], mas também a qualidade do trabalho desenvolvido ao longo da disciplina [30%], bem como o cumprimento atempado e segundo todas as regras e protocolos académicos e científicos das tarefas distribuídas [10%].

Não é prevista nem é admitida a realização de exames. Caso discorde da classificação atribuída, é permitido ao aluno requerer a reavaliação do seu desempenho, representando por escrito as razões que lhe assistem. Este pedido deverá ser apreciado e respondido em relatório produzido por um grupo de 3 professores do curso designados pela Comissão Científica, nos quais estará necessariamente incluído o regente da disciplina.



**c] CONTEÚDOS**

A definição de conteúdos é aqui restrita às aulas teóricas, pois para os demais momentos de trabalho são dadas indicações em outros pontos deste relatório, designadamente na alínea *Métodos*. Como também ali se determinou, parte variável e imprevisível destas matérias deverá ser leccionada pelos estudantes sob minha orientação, admitindo-se que, face aos resultados obtidos durante a *preparação*, se introduzam algumas alterações.

Os conteúdos foram sistematizados com base na sua leccionação em 10 sessões de 3 horas cada, definindo-se para cada uma designações emblemáticas, a partir dos quais se desenrolam – aqui por tópicos – os respectivos temas. O grau de desenvolvimento dos assuntos aqui focados será bastante diverso, o que dependerá essencialmente de três factores:

- o maior ou menor conhecimento prévio dos alunos, para o qual é fundamental o período de *preparação* prévia;
- a relevância disciplinar do assunto;
- a possibilidade de maiores ganhos metodológicos numa abordagem mais aprofundada de um determinado aspecto.

Quer-se com isto dizer que, pese embora o formalismo e coerência da listagem de assuntos apresentada para cada tema, nem ela é exaustiva, nem o seu tratamento/abordagem durante as aulas será global ou equilibrado. Importa, isso sim, deixar bem claro e apurar o interesse, o recorte geral e a leitura específica do colectivo e de cada elemento da turma, no âmbito do meu discurso global e das pistas para a reflexão e investigação de cada questão abordada. Neste contexto é também possível e normal que no curso da aula surja a hipótese de introduzir algo pertinente, mas imprevisto. No fundo entende-se que há uma dose adequada de criatividade para o sucesso da comunicação no acto lectivo, assegurados que fiquem o rigor e objectividade..

De facto importa esclarecer que o discurso será sempre feito segundo um registo pessoal, isto é, assumindo com clareza a possibilidade de outras leituras face à minha interpretação dos fenómenos, a qual será sempre fundamentada, em especial quando questionada. Os avanços mais significativos da investigação neste domínio disciplinar nas últimas décadas, ficaram a dever-se a um consciente posicionamento cartesiano perante os fenómenos em estudo e os centros de produção, a historiografia e a ensaística tradicionais a eles dedicados.

Recorrendo a uma estrutura fundada numa sequência cronológica, ela será frequentemente violada por alguns avanços, sobreposições e recuos. Se a intensidade dos tempos é já aqui

bastante diversa, durante as aulas essa diferença tornar-se-á ainda mais forte. Em suma: não é de forma alguma minha intenção leccionar uma disciplina abordando todos os aspectos, nem sequer a globalidade dos considerados mais relevantes, mas sim lograr a apresentação de um discurso estruturado e coerente que possa suscitar uma reacção, uma leitura personalizada em cada aluno, assim estimulando o seu próprio estudo e investigação, a definição de um trilho.

Com excepção para a primeira aula e particular incidência nas últimas 4, recorrerei à exibição de imagens em projector digital [antes formatadas, montadas e legendadas].

Com vista a estimular o desenvolvimento do conhecimento e na linha do já estabelecido na rubrica *Programa*, a abordagem de cada tema terá em linha de conta, sempre que existam dados para tal, três momentos a recordar, sendo evidente o carácter de charneira do segundo:

1. o do constituição do facto
2. o da produção do conhecimento sobre ele
3. o da sua contemporaneidade.

A simultaneidade no tratamento destes três pontos é uma dificuldade adicional com a qual pretendo obter dividendos pedagógicos e científicos relevantes. De facto seria mais simples separar a respectiva discussão ou usar essencialmente um, mas isso privar-nos-ia da riqueza de cruzamentos que assim vai ser possível produzir. Será constante a ponderação entre os domínios temáticos da *cidade portuguesa* e da *história do urbanismo português*.

Por último, em coerência com a filosofia e o sistema estabelecidos para a disciplina e ao invés do que é habitual, não é aqui indicada uma bibliografia de referência para a consolidação dos temas versados em cada aula. Para além do conhecimento prévio, da preparação efectuada nas semanas anteriores e do acompanhamento efectuado nos *Seminários de Aprendizagem* que terão lugar nas tardes de todos os dias em que haja aula teórica, importa motivar e responsabilizar o estudante na procura de informação sobre um qualquer tema. A bibliografia que encerra este volume será uma boa ajuda... mas não chegará.<sup>16</sup>

Seguem-se as fichas com os tópicos das aulas. Omito-me, claro, nos pontos onde os resultados ou propostas são meus.

---

<sup>16</sup> Para uma listagem exaustiva até 2000, ver AAVV, org. Walter Rossa, Renata de Araujo, Ramon Gutierrez e Patricia Menendes, (2000) – «Bibliografia Ibero-Americana da História do Urbanismo e da Urbanística 1415-1822». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2000.

**– aula 1: alguns conceitos**

- 1.1 escola, escol, academia  
magistério e centros de produção de conhecimento
- 1.2 relação tempo, história, urbanismo e arquitectura:  
os tempos (longos) e ritmos (graduais) do urbanismo  
as vanguardas e as categorias  
estilísticas da arquitectura
- 1.3 o popular e o erudito  
o popular e o pragmático  
o popular como processo integrador e de longo curso
- 1.4 formalismo, positivismo e historicismo
- 1.5 forma e morfologia  
orgânico e aditivo  
regulado e regular  
plano e desenho
- 1.6 o grau zero e o grau absoluto em urbanismo
- 1.7 *urbs*, urbano, urbanização, urbanismo, urbanística
- 1.8 invasão/invasores e colonização/colonialismo  
civilização, religião, poder e aculturação  
imperialismo
- 1.9 ideologia, ensaísmo, historiografia  
[épocas, correntes]
  - 1.9.1 de Oliveira Martins, Herculano e Latino Coelho
  - 1.9.2 a Oliveira Marques e José Mattoso
  - 1.9.3 outros  
Jorge Dias, Agostinho da Silva, Eduardo Lourenço
- 1.10 identidade e *portugalidade*  
o equívoco rácico do *luso*  
luso-cosmopolitismo e/ou luso-tropicalismo?
- 1.11 Império Português  
conceitos, idades, agentes, ritmos e escalas

**– aula 2: fundamentos**

- 2.1 o território:
  - 2.1.1 *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*
  - 2.1.2 *finis-terræ*, cultura urbanística clássica
  - 2.1.3 síntese medieval
  
- 2.2 a consubstanciação dos tipos/espços urbanos tradicionais na Idade Média
  - 2.2.1 os moçárabes como herdeiros da condição hispano-romana
  - 2.2.2 os muçulmanos do Mediterrâneo e os cristãos do centro da Europa
  
- 2.3 as convergências e divergências civilizacionais *composição e oposição*, a *identificação* de José Mattoso
  
- 2.4 Portugal:
  - 2.4.1 das Astúrias a Guimarães, de Coimbra a Lisboa primeira nacionalidade europeia a fundir-se com/num território
  - 2.4.2 *de Ceuta a Timor*, dos Andes ao Rio das Pérolas primeiro império de âmbito global
  
- 2.5 o papel da Geografia
  - 2.5.1 paisagens, materiais, sistemas e morfologias
  - 2.5.2 Amorim Girão e Fernandes Martins na escola de Coimbra
  - 2.5.3 Orlando Ribeiro
    - Portugal, o Ultramar e a sua escola
    - a criação da revista «Finisterra» em 1966
  - 2.5.4 Jorge Gaspar e a rede urbana medieval
  - 2.5.5 José Manuel Fernandes e o *medievo-renascentismo* nas cidades da expansão

**– aula 3: identidades outras**

- 3.1 a cidade e o urbanismo coloniais no âmbito cultural brasileiro: acções e reacções
  - 3.1.1 a Semana da Arte Moderna de 1922 [S. Paulo] e o florescimento do modernismo brasileiro [1928] «Manifesto antropofágico» de Oswald de Andrade [“Tupi, or not tupi that is the question”] [1928] «Retrato do Brasil – ensaio sobre a tristeza brasileira» de Paulo Prado
  - 3.1.2 o SPHAN [1937] e os arquitectos da modernidade Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa
  - 3.1.3 o território, a cidade e a rede urbana os ensaístas da identidade e os geógrafos Caio Prado Júnior, Plínio Salgado, Aroldo de Azevedo, Gilberto Ferrez
  - 3.1.4 Sérgio Buarque de Holanda e Robert C. Smith: a cidade irregular portuguesa versus a cidade regular hispânica urbanismos português versus urbanismo hispânico
  - 3.1.5 a antropologia Levi Strauss, Thales de Azevedo e o «Povoamento da Cidade de Salvador» [1949]
  - 3.1.6 a profecia de D. João Bosco de uma *civilização tropicalista* e a fundação de Brasília [1957]
  - 3.1.7 paulistas, cariocas, baianos, pernambucanos
- 3.2 as consciências goesa e norteira
  - 3.2.1 Bragança Pereira, Cunha Rivara e a historiografia de Goa Gerson da Cunha, Brás Fernandes e a historiografia da Província do Norte
  - 3.2.2 as *missões culturais* perante a ameaça da unificação: História da Arte [1951, Mário T. Chicó, Carlos de Azevedo] Geografia [1956, Orlando Ribeiro, Raquel Soeiro de Brito]
  - 3.2.3 o relatório: a «Garcia da Horta» de 1956 e o equívoco formalista das *cidades ideais do Renascimento* no Estado da Índia
- 3.3.1 Goa, 1951: a independência da Índia [1948], a ameaça da anexação e a oportunidade para a 1ª enunciação do “complexo luso-tropical” de Gilberto Freyre
- 3.3.2 Lisboa, 1956: publicação do «Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas do Ultramar» por Luís da Silveira
- 3.3.3 Lisboa, 1958: Jaime Cortesão e «Os Descobrimentos Portugueses»
- 3.3.4 Angola, 1961: início da guerrilha

**– aula 4: os pioneiros da história do urbanismo português**

- 4.1 [1962] José Augusto França e a *Lisboa Pombalina*
  - 4.1.2 o facto
  - 4.1.3 a Sociologia da Arte e a escola francasteliana
  - 4.1.4 a excentricidade do tema na produção do autor
  - 4.1.5 excelência e dificuldades na ausência de enquadramento
  - 4.1.5 o isolamento e a estagnação até ao fim da Ditadura e o estabelecimento da História da Arte na Universidade Nova de Lisboa
  
- 4.2 [1964] Nestor Goulart Reis e a *evolução urbana do Brasil* até 1720
  - 4.2.1 o estudo do processo [inspiração sociológica e iconografia exaustiva]
  - 4.2.2 a revisão dos preconceitos anti-coloniais e a assumpção da existência de uma *cultura do território*
  - 4.2.3 a continuidade da pesquisa sobre épocas não coloniais
  - 4.2.4 discípulos e inspirados: a escola da FAUSP [o LAP]
  - 4.2.5 a recente retoma deste tema
  
- 4.3 [1968] Paulo Santos e a *formação de cidades no Brasil colonial*
  - 4.3.1 análise tendencialmente formal e programática dirigida aos casos urbanos
  - 4.3.2 a convergência de leitura com as conclusões de Goulart Reis e o estabelecimento do paradigma de uma política de urbanização portuguesa para o Brasil
  - 4.3.3 o carácter isolado do texto na obra do autor carioca
  
- 4.4 [1975] Roberta Marx Delson e as *new towns* portuguesas para o Brasil colonial de setecentos
  - 4.4.1 o urbanismo programado dos engenheiros militares e a sua relevância como elite na colónia
  - 4.4.2 uma carreira de isolamento a trabalhar nos *States* sobre a temática
  
- 4.5 outros
  - 4.5.1 Maria João Madeira Rodrigues  
2 anos [1978-1979], 2 temáticas, 3 textos

**– aula 5: o magistério de Horta Correia na Nova**

- 5.1 [1984] *Vila Real de Santo António, urbanismo e poder*
  - 5.1.1 o retomar da linha e a criação da *série* iniciada por J. Augusto França duas décadas atrás
  - 5.1.2 a relevância metodológica das *sombras do tempo* de Kubler
- 5.2 o caso limite e a utopia da cidade-fábrica na *new town* algarvia antecedentes no Bairro das Águas Livres
- 5.3 Rafael Moreira e os estudos sobre a engenharia militar
- 5.4 proposta e convicção de uma *Escola Portuguesa de Architectura e Urbanismo* baseada no papel e academias dos engenheiros militares
- 5.5 o urbanismo português e a tratadística
- 5.6 a escola e a *escola*
- 5.7 o papel determinante da história cultural na escola de um discípulo de Silva Dias
  - 5.7.1 as linhas de trabalho de alguns discípulos Walter Rossa, Renata de Araújo, Raquel Henriques da Silva, Margarida Tavares da Conceição, Hélder Carita
  - 5.7.2 importância do trabalho desenvolvido com arquitectos
- 5.8 contributos *ex-Nova*:
  - 5.8.1 do Porto Carlos Alberto Ferreira de Almeida o positivismo da História da Arte [FLUP] e o impressionismo da Architectura [FAUP]
  - 5.8.2 o *positivismo ultramarino* de Pedro Dias e sua importância para o estudo da engenharia militar portuguesa no Norte de África e no Oriente
  - 5.8.3 Rui Carita e a engenharia militar na Madeira e Açores
  - 5.8.4 o grupo das *morfologias* de Manuel Teixeira no ISCTE
  - 5.8.5 as monografias locais, regionais e académicas

**– aula 6: *Universo Urbanístico Português 1415-1822***

- 6.1 o contexto  
*Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*
- 6.2 conceitos, princípios e método:
  - 6.2.1 do “complexo luso-tropical”  
à “cidade como civilização”  
não confundir com *cidade como instrumento de civilização*  
[P. Francastel)  
ou com *cidade na civilização* [P. Hall]
  - 6.2.2 visões globais e cruzadas
  - 6.2.3 reunião, comunhão e divulgação de informação
  - 6.2.4 inquérito, criação da rede e escambo de conhecimento
- 6.3 o projecto/movimento como 1º grande balanço sobre a  
*cidade portuguesa* e a *história do urbanismo português*
- 6.4 promotores, actores e protagonistas
- 6.5 constatação da relevância e continuidade  
dos antecedentes medievais
- 6.6 o confronto teórico, metodológico e de conteúdos  
com a historiografia do urbanismo hispânico
- 6.7.1 a *cultura do território* como  
conceito operativo para leitura globais
- 6.7.2 o urbanismo e o ordenamento do território como  
instrumentos cruciais no processo do Império
- 6.7.3 lançados, agentes e *funcionários do urbanismo*
- 6.8 outras confirmações e novos conceitos
- 6.9 a herança
  - 6.9.1 afirmação científica da  
*história do urbanismo português*
  - 6.9.2 publicações
  - 6.9.3 outros eventos
  - 6.9.4 eventos de outros



**– aula 7: uma leitura I – antecedentes da escola**

- 7.1 cruzamentos
  - 7.1.1 a recuperação do conhecimento da *escola* de geografia urbana de Orlando Ribeiro
  - 7.1.2 a história urbana e do território na Idade Média na Universidade Nova de Lisboa  
Oliveira Marques e José Mattoso  
Iria Gonçalves e Ângela Beirante  
Amélia Andrade  
as monografias urbanas dali e de outros centros
- 7.2 fundação
  - 7.2.1 D. Afonso III e D. Dinis  
as fronteiras, o ordenamento do território, a consolidação da nacionalidade e da soberania
  - 7.2.2 as povóas e as vilas novas da Monarquia Portuguesa  
o *povoador* e a carta de foral
  - 7.2.3 tipos, sistemas urbanos  
léxico e toponímia  
o programa da cidade
  - 7.2.4 Coimbra da *capitalidade*
- 7.3 antes do Império
  - 7.3.1 o urbanismo tardo-medieval e a Casa de Avis
  - 7.3.2 cidades de fundação: Portimão, Milfontes e Terçanabal
  - 7.3.3 praças, casas da câmara, calçadas, eixos e ensanches  
poços, cisternas, alfândegas, estalagens, portas
  - 7.3.4 descontinuidades  
as cercas urbanas das ordens religiosas  
a formalização dos guetos étnico-religiosos
  - 7.3.5 a paisagem urbana e as muralhas  
um novo tipo [Portimão, Terçanabal, Aveiro, Viseu,...]
  - 7.3.6 a casa e o casco urbanos portugueses  
antes do reformismo manuelino  
Conceição Falcão, Sílvio Conde, Luísa Trindade
- 7.4 Ceuta [1415/18], Alcácer Ceguer [1458],  
Tânger, Arzila e Larache [1471]  
expressões equívocas de  
*reconquista* sem descobrimentos
- 7.5.1 Hélder Carita e o reformismo manuelino
- 7.5.2 posturas e *urbanismo regulado*
- 7.5.3 nova centralidade e novos equipamentos
- 7.5.4 o fim dos guetos
- 7.6 a extensão da conquista e a novidade do descobrimento

- 7.6.1 Luís de Albuquerque, o desenvolvimento científico, a náutica e a evolução na percepção do espaço
- 7.6.2 a normalização do sistema de medidas lineares e a consagração da composição através de sistemas algébrico-geométricos [I]
- 7.6.3 ocupação e/ou povoamento  
cidades, capitánias, feitorias, etc.  
a exploração directa ou por concessão e o neo-senhorialismo da expansão  
S. Jorge da Mina [1482]
- 7.6.4 as cidades do meio do Atlântico:  
Funchal, Angra e Ribeira Grande
- 7.6.5 o Norte de África  
expressões de uma engenharia militar experimental
  
- 7.7 o desafio do Oriente
- 7.7.1 trato e evangelização, a pimenta e o messianismo;  
a monarquia e a igreja: convergência para uma utopia
- 7.7.2 ensaios para uma sistematização  
as *cidades indo-portuguesas* de Cochim para Goa
- 7.7.3 a formação dos territórios das Velhas Conquistas  
e o seu desenvolvimento repartido pela  
Coroa, Franciscanos e Jesuítas
- 7.7.4 Província do Norte:  
primeira experiência territorial/colonial
- 7.7.5 o mito da Taprobana versus  
desempenho urbanísticos dos lançados  
Colombo, Gale, S. Tomé de Meliapor, Malaca, Macau
- 7.7.6 a falência da engenharia militar experimental  
numa dimensão universal

**– aula 8: uma leitura II – de Mazagão...**

- 8.1 da fortificação moderna a um urbanismo renovado
  - 8.1.1 o *workshop* de Mazagão em 1541  
mestre Benedito e Miguel de Arruda
  - 8.1.2 a célere actualização dos baluartes do Império  
S. Julião da Barra, Ceuta, Ormuz, Mombaça, Diu,...
  - 8.1.3 a urbanística de Salvador [1549] e Damão [c.1570]
  - 8.1.4 Rio de Janeiro [1567]: uma nova política colonial e  
renovação formal sem solução de continuidade
  - 8.1.5 a evolução da administração das obras reais e a formação  
de uma nova hierarquia de projecto e gestão
  - 8.1.6 a cultura arquitectónica e a transmissão do saber
  
- 8.2 continuidade sob influência espanhola
  - 8.2.1 as expedições na costa Nordeste e Norte do Brasil novos  
estabelecimentos fortificados e/ou urbanos  
S. Luís, Filipeia/João Pessoa, Natal, Belém
  - 8.2.2 a penetração para o planalto de S. Paulo
  - 8.2.3 progressiva autonomização administrativa e  
recondicionamento territorial do Estado da Índia  
Goa como uma Nova Lisboa  
o mecenato urbanístico de D. Frei Aleixo de Meneses
  - 8.2.4 o eixo sul-atlântico Salvador, Ribeira Grande, Luanda
  - 8.2.5 o ensejo de *capitalidade* de Filipe II para Lisboa
  
- 8.3 a Restauração
  - 8.3.1 o obsoleto e renovação da defesa passiva do Império e  
a criação da *escola portuguesa de engenharia militar*
  - 8.3.2 o cosmógrafo Serrão Pimentel e o autor do *método  
lusitânico* de desenhar fortificações urbanas
  - 8.3.3 a *geometria prática* e os procedimentos no terreno
  - 8.3.4 Margarida Tavares da Conceição  
e o conceito de *praça de guerra*
  - 8.3.5 as Academias de Fortificação e Engenharia Militar
  
- 8.4 o *engenheiro português*
  - 8.4.1 a crítica e a reforma de Manuel de Azevedo Fortes  
à engenharia militar portuguesa  
num novo ciclo politico-económico
  - 8.4.2 a luta pela criação e qualificação de um escol
  - 8.4.3 a formação de cartógrafos para as  
expedições demarcadoras
  
- 8.5 Roberta Delson, Renata de Araújo
  - 8.5.1 polivalência dos agentes e/ou  
*funcionários do urbanismo*
  - 8.5.2 o papel dos autóctones
  - 8.5.3 o aparelho normativo e as cartas de fundação

**– aula 9: uma leitura III – ...a Mazagão**

- 9.1 O Império Restaurado  
novos paradigmas coloniais, novos tratos  
novas prioridades e desígnios
  - 9.1.1 uma política território-colonial para o Brasil  
a renovação das políticas de reconhecimento e  
urbanização do futuro território brasileiro
  - 9.1.2 a recomposição do Padroado e a  
acção diplomática junto da Santa Sé
  
- 9.2 a *idade do ouro* joanina  
a importância dos recursos descobertos no Brasil na  
intensificação da estratégia território-colonial
  - 9.2.1 Novas Conquistas em Goa
  - 9.2.2 Cláudia Damasceno Fonseca e as *Villes de l'Or*
  - 9.2.3 o desempenho unificador da arquitectura corrente no  
urbanismo orgânico e aditivo das cidades mineiras
  - 9.2.4 Renata de Araújo, a Amazônia e o Mato Grosso
  - 9.2.5 a intervenção da Coroa
  - 9.2.6 o estabelecimento de uma política de fundação de  
capitais provinciais: Mariana, Goiás, Cuiabá, Vila Bela...
  
- 9.3 a *idade de ouro* pombalina
  - 9.3.1 a unicidade arquitectura-urbanismo  
no clímax e pico de maturidade da *escola*
  - 9.3.2 a retoma e a inovação em velhos procedimentos
  - 9.3.3 o reformismo iluminista
  - 9.3.4 regresso do investimento no território de origem  
a representação e a triangulação do país
  - 9.3.5 as políticas de reordenamento e consolidação territorial
  - 9.3.6 reformas administrativas e sua expressão urbanística:  
Lisboa [política], Porto [agricultura], Coimbra  
[ensino], Vila Real de Santo António [pescas],
  - 9.3.7 novas/renovadas capitais do Império:  
Lisboa [pós-Terramoto], Goa [pós Velha Goa e Mormugão],  
Rio de Janeiro [pós-Salvador]  
os processos de emulação formal e programática
  - 9.3.8 o sertão, as fronteiras, o território e o reconhecimento  
da *Ilha Brasil*
  - 9.3.9 as reformas no Extremo Oriente e em Angola  
o abandono da Província do Norte do Estado da Índia e do  
Norte de África... *de Mazagão para Mazagão*
  
- 9.4.1 partidos conceptuais, programas e formas urbanas das  
cidades régias setecentistas
- 9.4.2 equipamentos, tipos e a arquitectura de programa
- 9.4.3 o quadrado, as proporções e o sistema compositivo  
algébrico-geométrico [II]

**– aula 10: a capital como laboratório de processos**

- 10.1 *falência* de uma imagem urbanística correspondente à urbana e ao cosmopolitismo da expansão
  - 10.1.1 a Ribeira, o Paço, o Terreiro de Manuel I a Filipe II
  - 10.1.2 *da fábrica que falece...* de Francisco d' Holanda [1571]  
1º texto de uma urbanística portuguesa
  
- 10.2 Gilot, Cosmader, Tinocos e projectos na Restauração
  - 10.2.1 a Linha Fundamental de Fortificação
  - 10.2.2 o *roteiro da Água Livre*
  - 10.2.3 os palácios da nova nobreza
  
- 10.3 uma reforma em ensanche para a *Capital do Império*
  - 10.3.1 D. Pedro II e D. João V:  
recuperação do Padroado numa estratégia regalista
  - 10.3.2 interesse no mecenato áulico joanino em Roma, Europália e NGA/Washington
  - 10.3.3 Lisboa como uma *Nova Roma*  
Fontana, Mattei, Canevari, Van Vitelli  
Fillipo Juvarra e Manuel da Maia  
Farol, Paço e Patriarcal
  - 10.3.4 Mafra e a conformação  
o Aqueduto das Águas Livres, paço e patricial na Ribeira,  
praças e chafarizes, as Necessidades, as quintas de  
Belém e o Cais de Pedra
  
- 10.4 Terramoto de 1755 e [finalmente] renovação do centro
  - 10.4.1 o poder de Sebastião José e a  
*dissertação do método* de Manuel da Maia
  - 10.4.2 as soluções para a Baixa e para *além da Baixa*
  - 10.4.3 a engenharia militar, a Casa do Risco e a relativização  
do conceito de *pombalino*
  - 10.4.4 Raquel Henriques da Silva  
crítica e harmonização no tempo longo da reconstrução
  
- 10.5 o experimentalismo das iniciativas de dignatários  
Manique do Intendente e Porto Covo do Bandeira
  
- 10.6 as utopias portuguesas ou o corolário de um processo:  
*ruação* de Figueiredo Seixas e a *Land Ordinance* de  
Jefferson; a *Jornada no Tejo...* de Carvalho e Negreiros
  
- 10.7 equipamentos, transportes e fisiocratismo  
teatros/óperas, câmaras, celeiros, arsenais, quartéis,  
alfândegas, açougues, cais, barras, faróis, hospitais,  
escolas, universidades, prisões, fábricas

- 10.8 1822, a separação de trilhos e o início da construção de um novo paradigma colonial e urbanístico  
Maputo, Mindelo, Vasco da Gama, Bolama

**d] bibliografia**

Uma lista bibliográfica sistemática seria demasiado extensa.<sup>17</sup> Uma listagem bibliográfica sumária deixaria a descoberto e não credibilizaria a disciplina. Tendo em vista tudo isso sigo alguns critérios, nem sempre com rigor. Perante situações concretas será possível indicar um ou outro título que aqui não seria coerente incluir.

Por exemplo: entendo não ser conveniente integrar a já bem extensa listagem de monografias locais, mas não posso evitar listar algumas que, ou pelo interesse metodológico ou pela relevância do objecto, são exemplares; não registo títulos do referencial metodológico e disciplinar geral, até porque isso ocorrerá na outra disciplina desta Área Científica; por razões que resultam claras da própria natureza e conteúdos da disciplina, torna-se inevitável a inclusão de um reduzido número de obras relativas à situação hispânica.

Iguais hesitações surgem sobre a contextualização histórica, no que diz respeito aos factos e na relação com a produção datada sobre eles. Aqui o critério é bem menos claro, apesar de listar as principais obras gerais de uso comum. Igual se aplica aos géneros corográfico e *laudatio urbis*.

No que diz respeito ao habitual dilema sobre duplicar ou não a referência ao contributo individual numa obra colectiva para além da listagem desta, parece que para o efeito e em casos onde mais do que uma contribuição diz respeito aos nossos conteúdos, seria não só suficiente, mas essencialmente coerente, apresentar apenas a obra colectiva. Aliás, parte significativa do conhecimento disciplinar está publicada nesses tipo de volumes. Sigo igual critério para as colectâneas de textos de um só autor, como a minha.

Por último uma referência à duplicação abaixo produzida. Parece importante dotar os estudantes de dois exemplos cruzados – potencialmente úteis – de diferença na organização de uma bibliografia. Uma listagem segundo a ordem cronológica da produção do conhecimento é determinante para uma acção de pesquisa sobre a *história da história*. A separação de listagens por ordem alfabética entre o tipo dos títulos – aqui separada em obras específicas, de enquadramento histórico e fontes impressas – torna bem mais fácil encontrar uma obra ou autor de quem se não têm todos os dados. De uma forma ou de outra espero que esta bibliografia possa ser um bom ponto de partida para as que cada um dos novos investigadores para si irá construir.

---

<sup>17</sup> Ver nota anterior na página 33.

**– geral**

Esta lista – que contém todos títulos que se encontram separados nas três rubricas seguintes – está organizada por ordem cronológica descendente das primeiras edições. No caso de comunicações em reuniões científicas a data é a da reunião, permitindo perceber a evolução da problemática da disciplina através das respectivas publicações.

- ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa (2005) – O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português. «El espacio urbano en la Europa Medieval – Seminário de Estudios Medievales de Nájera 2005». Logroño: Instituto de Estudios Riojanos. 2005 (no prelo)
- ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa (2005) – Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica. «Murphy». Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. n.º1, 2005 (no prelo)
- AAVV (2004) – «O Sebastianismo: política, doutrina e mito (séc.s XVI-XIX), Actas do Colóquio». Lisboa: Academia Portuguesa de História e Colibri. 2004
- AAVV, org. de António Gilberto Costa (2004) – «Cartografia da conquista do território das Minas». Belo Horizonte e Lisboa: Editora UFMG e Kapa. 2004
- COELHO FILHO, Luiz Walter (2004) – «A Fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos». Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. 2004
- DIAS, Pedro (2004) – «História da Arte Luso-Brasileira - urbanização e fortificação». Coimbra: Almedina. 2004
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de (2004) – «As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil». Salvador: Fundação Gregório de Matos. 2004
- ROSSA, Walter (2004) – Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado. «Monumentos». Lisboa: D.G.E.M.N.. n.º21, 2004, pp. 22-43
- TRINDADE, Luísa (2004) – Paisagens dirigidas: repercussões da muralha no tecido urbano medieval português. «Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. III Jornadas de História». Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. 2005, pp. (no prelo)
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves (2003) – «Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Portugueses». Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. 2003
- ROSSA, Walter (2003) – Portuguese land ordinance and urbanising strategies for Asia. «Congress Rivalry and Conflict, European Traders and Asian Trading Networks». Leiden: IGEER/CNWS University of Leiden. (no prelo)
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge (2002) – O gótico. «História da Arte em Portugal». Lisboa: Presença. vol./ano 2, 2002
- BOISSELLIER, Stéphane (2002) – «Le peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal». Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian. 2003
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2002) – «Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança, 1852-1926». Porto: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vol.s, 2002
- GARCIA, João Carlos, org. (2002) – «A mais dilatada vista do mundo – inventário da colecção cartográfica da Casa da Ínsua». Lisboa: João Carlos Garcia (coord.), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2002
- ROSSA, Walter (2002) – From Portuguese Experiments to the Portuguese School of Urbanism... through Renaissance Models. «Workshop Colonial Cities in the



- Tropics: a Comparative History». Florence: European University Institute. (no prelo)
- ROSSA, Walter (2002) – Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade. «D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Nascimento de D. João III». Lisboa: CHAM (Universidade Nova de Lisboa) e CEPCEP (Universidade Católica Portuguesa). 2004, pp. 947-967
- ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata de; CARITA, Helder (2002) – «fac-similæ da Exposição Universo Urbanístico Português 1415-1822». Lisboa: CIUL/CML e CNCDP. 2002,
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001) – O românico. «História da Arte em Portugal». Lisboa: Presença. vol./ano 1, 2001
- ANDRADE, Amélia (2001) – «A Construção Medieval do Território». Lisboa: Livros Horizonte. 2001
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2001) – «Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)». São Paulo: dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2 vol.s, 2003
- CORREIA, José Eduardo Horta (2001) – O Urbanismo do Brasil Colónia e a Escola Portuguesa de Arquitectura e Urbanismo. «Portugal e o Brasil no advento do Mundo Moderno». Lisboa: Colibri. 2001, pp. 307-314
- FLORES, Jorge Manuel (2001) – «Os olhos do Rei: desenhos e descrições portuguesas da Ilha do Ceilão (1624, 1638)». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001
- FONSECA, Cláudia Damasceno (2001) – «Des terres aux Villes de l'Or». Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian. 2003
- MOREIRA, Rafael (2001) – «A construção de Mazagão – cartas inéditas 1541-1542». Lisboa: IPPAR. 2001
- ROSSA, Walter (2001) – «DiverCidade – urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade». Coimbra: (edição policopiada) dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2001
- AAVV (2000) – «Arquitectura Popular dos Açores». Lisboa: Ordem dos Arquitectos. 2000
- AAVV, coord. Manuel Teixeira (2000) – «A Construção da Cidade Brasileira». Lisboa: Livros Horizonte. 2004
- AAVV, coord. de Walter Rossa (2000) – A construção do Brasil urbano. «Oceanos». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. nº41, 2000
- AAVV, org. Walter Rossa, Renata de Araujo, Ramon Gutierrez e Patricia Menendes, (2000) – «Bibliografia Ibero-Americana da História do Urbanismo e da Urbanística 1415-1822». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2000
- AFONSO, José Ferrão (2000) – A construção de um novo centro cívico: notas para a história da Rua Nova e da Zona Ribeirinha do Porto no século XV. «Museu». Porto: Círculo José de Figueiredo. nº9 da IV série, 2000, pp. 20-70
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (2000) – «O trato dos viventes - Formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII». São Paulo: Companhia das Letras. 2000
- ARAUJO, Renata de (2000) – «A urbanização do Mato Grosso no século XVIII – discurso e método». Lisboa: dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 2000
- DIAS, Pedro (2000) – «A arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769». Lisboa: Portugal Telecom. 2000
- FERREZ, Gilberto (2000) – «Iconografia do Rio de Janeiro 1530-1890». Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial. 2 vol.s, 2000

- LEITE, Antonieta Reis (2000) – Angra – um porto no percurso da Cidade Portuguesa. «Atlântida». Angra do Heroísmo: Instituto Açoreano de Cultura. vol./ano XLVII, 2002, pp. 15-57
- REIS, Nestor Goulart (2000) – Urbanismo em Brasil. Século XVI-XVIII. «Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial». São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp. 2000
- «Robert C. Smith – a investigação na História de Arte, Catálogo da Exposição». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2000
- TRINDADE, Luísa (2000) – «A casa corrente em Coimbra – dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna». Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. 2002
- AAVV (1999) – «Fortificações Portuguesas no Brasil dos descobrimentos à época pombalina – a fundação do sistema português de comunicação ultramarina – uma redescoberta da origem cultural do Brasil». Orada: Centro de Estudos Patrimoniais Lusófonos da Fundação Convento da Orada. 1999
- AAVV, coord. Manuel Teixeira (1999) – «A praça na cidade portuguesa, Colóquio». Lisboa: Livros Horizonte. 2001
- AAVV, coord. de Walter Rossa (1999) – «Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Caderno de Resumos». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1999
- AAVV, coord. de Walter Rossa, Renata de Araujo e Hélder Carita (1999) – «Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Actas». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2001
- AFONSO, Luís (1999) – O projecto urbano clássico e a grande Lisboa Pombalina de 1757. «GEHA – Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo». Lisboa: Grupo de Estudos de História da Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. n.º2/3, vol./ano 2, 1999, pp. 9-22
- BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho (1999) – «O conhecimento do território e a construção do Estado: o desenvolvimento da cartografia territorial em Portugal no século XIX». Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1999
- CONDESSA, Maria Sofia Marques (1999) – «A memória das cidades dos séculos XII a XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão». Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1999
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – «Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média – presença, perfil, conservação, vigilância e comando». Lisboa / Coimbra: Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1999
- «Os Espaços de um Império, Catálogo da Exposição». Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2 vol.s, 1999
- PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis (1999) – «Da cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde». Lisboa: dissertação de Mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 1999
- PORTO, Carmen Manso (1999) – «Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de manuscritos (siglos XVII-XVIII)». Madrid: Real Academia de la Historia. 1999
- REIS, José Carlos (1999) – «As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC». Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2002
- TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999) – «O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil». Lisboa: Livros Horizonte. 1999
- AAVV, coord. de Renata de Araujo e Hélder Carita (1998) – «Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1998
- AFONSO, José Ferrão (1998) – «A Rua das Flores no Século XVI – elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2000

- ALMEIDA, André Ferrand de (1998) – «A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001
- ANDRADE, Amélia; ROSSA, Walter (1998) – La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones. «Catálogo da Exposição La plaza en España y Iberoamérica – El escenario de la ciudad». Madrid: Museo Municipal de Madrid. 1998, pp. 99-109
- CARITA, Helder (1998) – «Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)». Lisboa: Livros Horizonte. 1999
- DIAS, Pedro (1998) – «História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)». Lisboa: Círculo de Leitores. 2 vol.s, 1998
- «Evolução Física de Salvador 1549 a 1800». Salvador: Fundação Gregório de Mattos / Centro de Estudos da Arquitectura na Bahia. 1998
- MATTOSO, José (1998) – «A identidade nacional». Lisboa: Grádiva. 2003
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998) – «O Legado Islâmico em Portugal». Lisboa: Círculo de Leitores. 1998
- SOROMENHO, Miguel (1997/8) – A Administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII. «Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte». Madrid: Universidad Autonoma de Madrid. vol./ano IX-X, 1997-8, pp. 197-209
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1997) – «Ócio e Negócio». Coimbra: Inatel. 1998
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (1997) – «Da Vila cercada à Praça de Guerra – formação do espaço urbano em Almeida (séculos XVI-XVIII)». Lisboa: Livros Horizonte. 2002
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1997) – «Guimarães: duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)». Braga: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. 3 vol.s, 1997
- MESTRE, Victor (1997) – «Arquitectura Popular da Madeira». Lisboa: Argumentum. 2002
- SILVA, Raquel Henriques da (1997) – «Lisboa romântica, urbanismo e arquitectura, 1777-1874». Lisboa: dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 1997
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1997) – «Território e Poder nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal». Cascais: Patrimonia. 1997
- GOMES, Rita Costa (1996) – «Castelos da Raia – Beira». Lisboa: IPPAR. 2 vol.s, vol./ano I, 1996
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine (1996) – «Villes d'al-Andalus – L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)». Rennes: Presses Universitaires de Rennes. 1996
- OLIVEIRA, António de (1996) – As cidades e o poder no período filipino. «Revista Portuguesa de História». Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. vol./ano 2, tomo XXXI, 1996, pp. 305-340
- AAVV, dir. Paulo Pereira (1995a) – «História da Arte Portuguesa». Lisboa: Círculo de Leitores. 3 vol.s, 1995
- BURY, John (1995) – The Italian contribution to sixteenth-century Portuguese architecture, military and civil. «Cultural links between Portugal and Italy in the Renaissance». New York: Oxford University Press. 2000, pp. 77-107
- «Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo, Catálogo da Exposição». Roma: Argos Edizioni. 1995
- MOREIRA, Rafael (1995) – Goa em 1535 – uma cidade manuelina. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas». Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. n.º8, vol./ano II, 1995, pp. 177-221
- RIBEIRO, Darcy (1995) – «O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil». São Paulo: Companhia das Letras. 1996
- ROSSA, Walter (1995) – «Cidades Indo-Portuguesas – contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental/Indo-Portuguese Cities – a

- contribution to the study of Portuguese urbanism in the Western Hindustan». Lisboa: (Português/Inglês) Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997
- AAVV (1994) – «Atlas Histórico de ciudades europeas – Península Ibérica». Barcelona: Salvat – Centre de Cultura Contemporània de Barcelona. 1994
- AAVV (1994) – Indo-portuguesmente. «Oceanos». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. n.º19/20, 1994
- AAVV (1994) – «Lisboa Iluminista e o seu tempo, Actas do Colóquio ». Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. 1997
- AAVV (1994) – «Social Complexity and the Development of Towns in Iberia – from copper age to the second century AD». Oxford: Oxford University Press – The British Academy. 1995
- AAVV, coord. de Rafael Moreira (1994) – «A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa, Catálogo da Exposição». Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1994
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1994) – «Vila, poder régio e fronteira». Lisboa: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa. 1994
- BELLUZO, Ana Maria de Moraes, org. (1994) – «O Brasil dos Viajantes». São Paulo: Fundação Odebrecht. 2000
- COSTA, A. Alves (1994) – «Introdução ao estudo da História da Arquitectura Portuguesa». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1995
- DIAS, Pedro (1994) – Fortificações portuguesas, além-mar, no tempo de D. João II (1481-1495). «A arte na Península Ibérica ao tempo do Tratado de Tordesilhas, Actas». Coimbra: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998, pp. 11-66
- MATOS, José Sarmiento de (1994) – «Uma Casa na Lapa». Lisboa: Fundação Luso-Americana e Quetzal Editores. 1994
- MAURÍCIO, Rui (1994) – «O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532) – urbanismo e arquitectura». Leiria: Magno. 2000
- MURTEIRA, Helena (1994) – «Lisboa – da Restauração às Luzes». Lisboa: Presença. 1999
- RIBEIRO, Orlando (1994) – «Originalidade da expansão portuguesa». Lisboa: João Sá da Costa. 1994
- THOMAZ, Luís Filipe F.R. (1994) – «De Ceuta a Timor». Lisboa: Difel. 1994,
- AAVV (1993) – «A Cidade - jornadas inter e pluridisciplinares, Actas do Seminário». Lisboa: Universidade Aberta. 2 vol.s, 1993
- ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno; org. (1993) – «Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira». Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht. 1993
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1993) – Conhecer e Nomear: A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas. «A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares». Lisboa: Universidade Aberta. 2 vol.s, vol./ano I, 1993, pp. 123-140
- BEIRANTE, Ângela (1993) – Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais. «A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares». Lisboa: Universidade Aberta. 2 vol.s, vol./ano II, 1993, pp. 65-79
- CARITA, Rui (1993) – «A arquitectura militar na Madeira nos séculos XV a XVII». Lisboa: Oficinas Gráficas do Exército. 1998
- FERNANDES, Mário Gonçalves (1993) – «Viana do Castelo – a consolidação de uma cidade (1855-1926)». Lisboa: Colibri. 1995
- FURRER, Bruno; ADONIAS, Isa; org. (1993) – «Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira». Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht. 1993
- MALDONADO, Basilio Pavon (1993) – «Ciudades y fortalezas Lusomusulmanas – crónicas de viajes por el sul de Portugal». Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional. 1993
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1993) – «O Império Asiático Português, 1500-1700 – uma história política e económica». Lisboa: Difel. 1995
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) – «A Cidade em Portugal – uma Geografia Urbana». Porto: Afrontamento. 1992

- «A Pintura do Mundo - Geografia Portuguesa e Cartografia dos Séculos XVI a XVIII, Catálogo da Exposição». Porto: Biblioteca Pública e Municipal do Porto. 1992
- AAVV (1992) - «La Fortificación Medieval en la Península Ibérica». Aguilar de Campo: Fundación Santa María la Real - Centro de Estudios del Románico. 2003
- AAVV, dir. José Mattoso (1992) - «História de Portugal». Lisboa: Círculo de Leitores. 9 vol.s, 1992
- ARAUJO, Renata de (1992) - «As Cidades da Amazónia no século XVIII - Belém, Macapá e Mazagão». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1998
- BANDEIRAS, Miguel Sopas de Melo (1992) - «O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII: ensaio de geografia urbana histórica». Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1992
- BARROCA, Mário J. (1992) - Medidas-Padrão Medievais Portuguesas. «Revista da Faculdade de Letras». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. vol./ano IX - 2ª série, 1992, pp. 53-85
- FERNANDES, José Manuel (1992) - «Cidades e Casas da Macaronésia». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1996
- GOMES, Paulo Varela (1992) - «A confissão de Cyrillo - estudos de História da Arte e da Arquitectura». Lisboa: Hiena. 1992
- GUTIÉRREZ, Ramón (1992) - «Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica». Madrid: Ediciones Cátedra. 1992
- Olhares sobre a Cidade (número temático). «Penélope». Lisboa: Cosmos. nº7, 1992
- «Uma cartografia exemplar - o Porto em 1892, Catálogo da Exposição». Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto. 1992
- AMARAL, Ilídio do (1991) - Medidas portuguesas para a organização dos novos territórios nas margens continentais do Atlântico Sul no século XVI (apontamentos de geografia histórica). «Revista da Universidade de Coimbra, Separata da». Coimbra: Universidade de Coimbra. vol./ano XXXVI, 1991, pp. 277-316
- CORREIA, José Eduardo Horta (1991) - «Arquitectura Portuguesa - renascimento, maneirismo, estilo chão». Lisboa: Presença. 1991
- FERNANDES, José Manuel (1991) - A Cidade Portuguesa: um modo característico de espaço urbano. «Sínteses da cultura portuguesa - A Arquitectura». Lisboa: Comissariado para a Europália91 e Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1991, pp. 91-120
- GOMES, Paulo Varela (1991) - «Jornada pelo Tejo»: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina. «Monumentos». Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. nº21, 2004
- GONÇALVES, Iria (1991) - Uma Realização Urbanística Medieval: o Calçamento da Rua Nova de Lisboa. «Estudos de Arte e História - Homenagem a Artur Nobre de Gusmão». Lisboa: Vega. 1995, pp. 102-113
- MARX, Murillo (1991) - «Cidade no Brasil: terra de quem?». S. Paulo: Nobel - Edusp. 1991
- MOREIRA, Rafael (1991) - «A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal - a Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano». Lisboa: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 1991
- SOROMENHO, Miguel (1991) - «Manuel Pinto de Vilalobos - da engenharia militar à arquitectura». Lisboa: dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 1991
- AAVV (1990) - «Atlas de Cidades Medievais Portuguesas». Lisboa: I.N.I.C. e Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. vol./ano I, 1990
- AAVV, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (1990-) - «Nova História de Portugal». Lisboa: Presença. 12 vol.s, 1990-
- ARAUJO, Renata de (1990) - «Lisboa, a cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos». Lisboa: Livros Horizonte. 1990

- AZEVEDO, Paulo Ormino de (1990) – Urbanismo de trazado regular en los primeros siglos de la colonización brasileña. «Estudios sobre urbanismo Iberoamericano - siglos XVI al XVIII». Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura. 1990, pp. 306-322
- BARROCA, Mário J. (1990) – Do castelo da Reconquista ao castelo românico. «Portugalia». Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. vol./ano XI/XII, 1990/1, pp. 89-136
- BRENNNA, Giovanna Rosso Dal (1990) – La citta coloniale portoghese. Rio de Janeiro tra il XVI e il XVIII secolo. «Estudios sobre urbanismo Iberoamericano - siglos XVI al XVIII». Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura. 1990, pp. 448-462
- CARITA, Helder (1990) – «O Bairro Alto - tipologias e modos arquitectónicos». Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 1994
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1990) – «Homens, Espaços e Poderes – Séculos XI-XVI». Lisboa: Livros Horizonte. 2 vol.s, 1990
- ROSSA, Walter (1990) – «Além da Baixa - indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista». Lisboa: (edições em Português e em Inglês) Instituto Português do Património Arquitectónico. 1998
- ROSSA, Walter (1989-2001) – «A urbe e o traço - uma década de estudos sobre o urbanismo português». Coimbra: Almedina. 2002
- AAVV, coord. de Fernando de Teran (1989) – «La Ciudad Hispanoamericana - El sueño de un orden». Madrid: CEHOPU. 1989
- AAVV, coord. de Rafael Moreira (1989) – «História das Fortificações Portuguesas no Mundo». Lisboa: Publicações Alfa. 1989
- CORREIA, José Eduardo Horta (1989) – Pragmatismo e utopismo na criação urbanística de raiz portuguesa no século XVIII. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais Humanas». Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. vol./ano 8, 1995, pp. 103-112
- CORREIA, José Eduardo Horta (1989) – Urbanismo. «Dicionário da Arte Barroca em Portugal». Lisboa: Presença. 1989, pp. 507-513
- COSTA, A. Alves (1989) – Valores permanentes da arquitectura portuguesa. «Vértice». Lisboa: Editorial Caminho. vol./ano 19-II Série, Outubro 1989, pp. 109-111.
- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (1988) – «O Porto na época dos Almadás - arquitectura. obras públicas». Porto: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto. 2 vol.s, 1988/90
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1988) – Um percurso através da paisagem urbana medieval. «Povos e Culturas». Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n°2, 1987, pp. 57-77
- BEIRANTE, Ângela (1988) – «Évora na Idade Média». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 1995
- DIAS, Pedro (1988) – As primeiras construções portuguesas na costa oriental da África e no Golfo Pérsico (1503-1515). «IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Actas do ». Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1992, pp. 25-41
- FERNANDES, José Manuel (1988) – L' Inde et le sud du Bresil - Plans de l'Urbanisme Portugais au XVIIIème siècle. «Colóquio La Ville Regulière». Paris: Picard. 1997
- GOMES, Paulo Varela (1988) – «A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII». Lisboa: Caminho. 1988
- MENEZES, José Luiz da Mota (1988) – «Atlas Histórico Cartográfico do Recife». Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana. 1988
- MOREIRA, Rafael (1988) – Os primeiros engenheiros-mores do império filipino. «Actas do IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte». Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1992, pp. 521-534
- DAVEAU, Susane; RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, H. (1987-91) – «Geografia de Portugal». Porto: Sá da Costa. 4 vol.s, 1998

- LAUTENSACH, H.; DAVEAU, Susane; RIBEIRO, Orlando (1987-91) – «Geografia de Portugal». Porto: Sá da Costa. 4 vol.s, 1998
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, Susane (1987-91) – «Geografia de Portugal». Porto: Sá da Costa. 4 vol.s, 1998
- AAVV (1987) – «Cidades e História – ciclo de conferências». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1992
- ABREU, Mauricio de A. (1987) – «Evolução urbana do Rio de Janeiro». Rio de Janeiro: IPLANRIO. 1997
- BERRANCE, Luís (1987) – «Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas - 1774-1844». Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto. 1993
- BONET CORREA, Antonio (1987) – «La historiografía urbana em España». Salamanca: Servicio de publicaciones/Universidade de extremadura. 1987
- FERNANDES, José Manuel (1987) – O Lugar da Cidade Portuguesa. «Povos e Culturas». Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n.º2, 1987, pp. 79-112
- GOMES, Paulo Varela (1987) – «O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1987
- MANTAS, Vasco Gil (1987) – As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal. «Povos e Culturas». Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n.º2, 1987, pp. 13-55
- MOREIRA, Rafael (1987) – A escola de arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia das Matemáticas de Madrid. «As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos – Actas do II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte». Coimbra: separata. 1987, pp. 65-77
- REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui (1987) – Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto. «Povos e Culturas». Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n.º2, 1987, pp. 389-417
- TAVARES, Domingos (1985) – «Da Rua Formosa à Firmeza». Porto: Escola Superior de Belas Artes. 1985
- AAVV (1986) – «História da Arte em Portugal». Lisboa: Publicações Alfa. 15 vol.s, 1986
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1986) – «Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima». Lisboa: Livros Horizonte. 1990
- BYRNE, Gonçalo Sousa (1986) – Ricostruire nella città - La Lisbona di Pombal. «Lotus International». Milano: Electa. n.º51, 1986, pp. 6-24
- GONÇALVES, Iria (1986) – Posturas Municipais e Vida Urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa. «Estudos Medievais». Porto: separata. n.º7, 1986, pp. 155-172
- AAVV (1985) – «La ciudad Iberoamericana, Actas do Seminário». Madrid: MOPU-CEHOPU. 1987
- CORREIA, José Eduardo Horta (1985) – Urbanismo em Portugal. «Dicionário Ilustrado da História de Portugal». Lisboa: Publicações Alfa. vol./ano II, 1985, pp. 306/8
- FERRÃO, Bernardo José (1985) – «Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás - 1758/1813». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1989
- MATTOSO, José (1985) – «Identificação de um país - ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325». Lisboa: Editorial Estampa. 2 vol.s, 1988
- MATTOSO, José (1985) – «O essencial sobre a cultura medieval portuguesa». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1985
- MATTOSO, José (1985) – «O essencial sobre a formação da nacionalidade». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1985
- PORTAS, Nuno (1985) – Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas. «Estudos de Arte e História - Homenagem a Artur Nobre de Gusmão». Lisboa: Vega. 1995, pp. 430/5
- AAVV (1984) – «Puertos y Fortificaciones en America y Filipinas, actas del seminario». Madrid: C.E.H.O.P.U.. 1985

- CORREIA, José Eduardo Horta (1984) – «Vila Real de Santo António - urbanismo e poder na política pombalina». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1998
- DIAS, J. S. da Silva (1984) – «Pombalismo e Projecto Político». Lisboa: Centro de História da Cultura da U.N.L.. 1984
- GARCIA, João Carlos (1984) – «O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica». Porto: Prova de Capacidade Científica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1984
- AAVV (1982) – «Pombal Revisitado, Actas do Colóquio». Lisboa: Editorial Estampa. 1984
- «Lisboa e o Marquês de Pombal, Catálogo da Exposição». Lisboa: Museu da Cidade/Câmara Municipal de Lisboa. 3 vols., vol./ano 2, 1982
- SALEMA, Vasco da Costa (1982) – «Pelourinhos do Brasil». Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal. 1992
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981) – Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa. «Bracara Augusta». Braga: Câmara Municipal de Braga. n°79/80 (92/93), vol./ano XXXV, 1981, pp. 367-38
- BEIRANTE, Ângela (1980) – «Santarém medieval». Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 1980
- MOREIRA, Rafael (1980) – A arquitectura militar do Renascimento em Portugal. «Actas do Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte». Coimbra: Epartur. 1981, pp. 281-305
- BURY, John (1979) – Francisco de Holanda – a little known source for the history of fortification in the sixteenth century. «Arquivo do Centro Cultural Português». Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. n°14, 1979, pp. 163-202
- DELSON, Roberta Marx (1979) – «Novas Vilas para o Brasil-Colônia – Planejamento Espacial e Social no Século XVIII». Brasília: Ed. Alva-Ciord. 1997
- FREYRE, Gilberto (1979) – «Oh de casa! – em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem». Recife: Editora Artenova. 1979
- RODRIGUES, Maria João Madeira (1979) – Cidade oceânica e mundial. Fundamentos da teoria do urbanismo colonial português. «GEHA – Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo». Lisboa: Grupo de Estudos de História da Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. n°2/3, vol./ano 2, 1999, pp. 23-63
- RODRIGUES, Maria João Madeira (1979) – Olinda e Recife – uma situação de bipolaridade no urbanismo colonial português. «Belas-Artes». Lisboa: Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. n°1 da 3ª série, 1979, pp. 69-94
- AMARAL, Ilídio do (1978) – Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização de Angola. «Finisterra». Lisboa: n°25, 1978
- RODRIGUES, Maria João Madeira (1978) – Tradição, transição e mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista.. «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa». Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. n°84/3ª série, 1978, pp. 5-97
- AAVV (1976) – «Forum et Plaza Mayor dans le monde hispanique, Actas do Colóquio». Paris: organizado por La Casa de Velazquez em Madrid, Éditions E. de Boccard. 1978
- FRANÇA, José Augusto (1976) – «A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina». Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. 1989
- ASTENGO, Corradino (1975) – Piante e vedute propettiche di Colombo eseguite durante il periodo portoghese (1518-1656). «Annali di Recherche e Studi di Geografia». Genova: Libreria Editrice F.lli Bozzi. n°1-4, vol./ano 31, 1975
- DELSON, Roberta Marx (1975) – «Town Planing in Colonial Brazil». New York: Ph. D. dissertation, Columbia University. 1975
- FAGIOLLO, Marcelo (1975) – La fondazione delle città latino-amicane. Gli archetipi della Giustizia e della Fede. «Psicon, revista internazionale



- di architettura». Firenze: Centro Studi Architettura OUROBOROS. n°5, vol./ano II, 1975, pp. 34-58
- PRADALIÉ, Gérard (1975) – «Lisboa da Reconquista ao Fim do Século XIII». Lisboa: Palas Editores. 1975
- ALBUQUERQUE, Luís de (1972) – «A Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão no século XVII». Lisboa: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar. n°LXX, 1972
- ESTEPA, Carlos (1972) – Problemas de terminologia en la vida urbana de Leon en la Edad Media (suburbio, territorio, civitas, urbs, vico, barrio...). «Archivos Leoneses». Leon: 1972, pp. 99-123
- GASPAR, Jorge (1972) – Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental. «Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia». Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. n°19, vol./ano X, 1975, pp. 107-152
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse (1972) – Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII. «Boletim Cultural, separata do». Porto: Câmara Municipal do Porto. vol./ano 2 - 2ª série, 1986
- MACEDO, Jorge Borges de (1971) – O aparecimento em Portugal do conceito de programa político. «Revista Portuguesa de História». Coimbra: separata, Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. n°XIII, 1971, pp. 375 / 423
- BOXER, Charles R. (1969) – «O Império Marítimo Português». Lisboa: Edições 70. 1992
- GASPAR, Jorge (1969) – A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia». Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. n°8, vol./ano IV, 1969, pp. 198-215
- GASPAR, Jorge (1968) – A Propósito da Originalidade da Cidade Muçulmana. «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia». Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. n°5, vol./ano III, 1968, pp. 19-30
- RIBEIRO, Orlando (1968) – «Mediterrâneo, ambiente e tradição». Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian. 1987
- SANTOS, Paulo F. (1968) – Formação de cidades no Brasil colonial. «Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros». Coimbra: Universidade de Coimbra. 5 vol.s, vol./ano V, 1968, pp. 7-116
- AAVV (1967) – Curso sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro». Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. vol./ano 276, 1967
- AMARAL, Ilídio do (1967) – «Luanda (Estudo de Geografia Urbana)». Lisboa: 1968
- GUTKIND, E. A. (1967) – Urban Development in Southern Europe: Spain and Portugal. «International History of City development». New York: The Free Press. vol./ano III, 1967
- FERREZ, Gilberto (1965-68) – O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro». Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. vol./ano 268 e 278, 1965-68, pp. 27-42 e 87-105
- BARREIROS, Eduardo Canabrava (1965) – «Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro - ensaio - 1565-1965». Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1965
- AMARAL, Ilídio do (1964) – «Santiago de Cabo Verde - a Terra e os Homens». Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 1964
- BOXER, Charles R. (1964) – «Portuguese society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800». Madison: Wisconsin University Press. 1965
- COELHO, António Borges (1964) – «Raízes da expansão portuguesa». Lisboa: Livros Horizonte. 1985
- REIS, Nestor Goulart (1964) – «Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)». São Paulo: Pini. 2001

- FERREZ, Gilberto (1963) – «As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII – álbum iconográfico comemorativo do Bicentenário da transferência da sede do Governo do Brasil». Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1963
- RIBEIRO, Orlando (1963) – Cidade. «Dicionário de História de Portugal». Porto: Livraria Figueirinhas. vol./ano II, 1992, pp. 60-65
- FRANÇA, José Augusto (1962) – «Lisboa Pombalina e o iluminismo». Lisboa: Bertrand. 1987
- AAVV (1961) – «Arquitectura Popular em Portugal». Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980
- «A Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português antigo e moderno, Catálogo da Exposição». Lisboa: Estado Maior do Exército. 1960
- FREYRE, Gilberto (1960) – «O Luso e o Trópico – sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical». Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 1961
- KUBLER, George; SORIA, Martin (1959) – «Art And the Architecture in Spain and Portugal and their American Dominions 1500-1800». Baltimore: Penguin Books. 1969
- CORTESÃO, Jaime (1958) – «Os Descobrimentos Portugueses». Lisboa: Arcádia. 2 vol.s, 1958
- FERRO, Gaetano (1958) – La città portoghese e la sua espansione nel mondo. «Annali di Ricerche e Studi di Geografia». (s/l), XIV vol.s, tomo 1, 1958
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1958) – «Os Descobrimentos e a economia mundial». Lisboa: Presença. 4 vol.s, 1982
- AZEVEDO, Aroldo de (1957) – Embriões de cidades brasileiras. «Boletim Paulista de Geografia». São Paulo: n°25, 1957, pp. 31/69
- MATOS, Luís de (1957) – A Utopia de Tomás More e a expansão Portuguesa. «Estudos Políticos e Sociais». Lisboa: n°3, vol./ano IV, 1966, pp. 809-820
- SAA, Mário (1956-67) – «As grandes vias da Lusitânia». Lisboa: 6 vol.s, 1956-67
- AZEVEDO, Aroldo de (1956) – Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. «Boletim». São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. n°208/Geografia 11, 1956, pp. 1/96
- CHICÓ, Mário Tavares (1956) – A Cidade Ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. «Garcia da Horta». Lisboa: Revista das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. n°Especial, 1956, pp. 319-328
- SILVEIRA, Luís da (1956) – «Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas do Ultramar». Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 4 vol.s, 1956
- SMITH, Robert C. (1956) – Colonial Towns of Spanish and Portuguese America. «Journal of the Society of Architectural Historians». Chicago: n°4, vol./ano 14, 1956, pp. 2-12
- SMITH, Robert C. (1955) – Urbanismo colonial no Brasil. «Bem Estar». São Paulo: 1958
- AAVV (1954) – «Resumen Historico del Urbanismo en España». Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local. 1987
- DIAS, Jorge (1950) – «O essencial sobre Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1985
- AZEVEDO, Thales de (1949) – «Povoamento da Cidade do Salvador». Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador. 1949
- SAMPAIO, Theodoro (1949) – «História da fundação da Cidade do Salvador». Salvador: Tipografia Beneditina. 1949
- CHAVES, Luís (1948) – «Pelourinhos do Ultramar Português». Lisboa: Agência Geral das Colónias. 1948

- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1947)<sup>18</sup> – «Raízes do Brasil». S. Paulo: Companhia das Letras. 1995
- SALGADO, Plínio (1946) – «Como nasceram as cidades do Brasil». São Paulo: Voz do Oeste. 1978
- GIRÃO, Amorim (1945) – Origem e evolução do urbanismo em Portugal. «Revista do Centro de Estudos Demográficos». Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. n.º1, 1945, pp. 39-78
- RIBEIRO, Orlando (1945) – «Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico». Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1998
- PRADO JÚNIOR, Caio (1942) – «Formação do Brasil Contemporâneo: colónia». São Paulo: Livraria Martins. 1942
- BARRETO, Paulo Thedin (1937) – Casas de Câmara e Cadeia. «Revista do Património Histórico e Artístico Nacional». Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. n.º26, 1947, pp. 362-443
- LOPES, David (1937) – «A expansão em Marrocos». Lisboa: Teorema. 1989,
- FREYRE, Gilberto (1933) – «Casa-grande & Senzala». Rio de Janeiro: Editora Record. 1995
- REIMERS, (E.) (1929) – «Costantine de Sa's Maps and Plans of Ceylon (1624-1628)». Colombo: A. C. Richards. 1929
- AAVV, dir. Damião Peres (1928-54) – «História de Portugal». Barcelos: Portucalense Editora. 9 vol.s, 1928-54
- PIERIS, Paulus Edward (1926) – «Portuguese Maps and Plans of Ceylon 1650». Colombo: 1926
- SAMPAIO, Alberto (1923) – As Póvoas Marítimas. «Estudos Históricos e Económicos». Lisboa: Editorial Vega. 2 vol.s, vol./ano 2º, 1979, pp. 7-100
- NOVAIS, Fernando A. (19??) – «Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808». São Paulo: Hucitec. 1981
- VITERBO, Francisco de Souza (1899-1922) – «Diccionario historico e documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3 vol.s, 1988
- PEREIRA, Gabriel (1879) – «Fragmentos relativos à história e geographia da Península Ibérica– Plinio, Mela, Ptolomeu, Itinerário de Antonino, etc. & Descrição da Península Ibérica – Livro 3º da Geographia de Strabão». Évora: 1879
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da (1868) – «Mappas das medidas do novo Systema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do Reino e Ilhas». Lisboa: Imprensa Nacional. 1868
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da (1856) – «Compendio do novo systema métrico decimal approvedo pela Commissão Central de Pesos e Medidas». Lisboa: 1856
- MACHADO, Cyrillo Volkmar (1823) – «Collecção de memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal...». Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva. 1823
- «Cartulário Pombalino». Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. 1999
- FERREYRA, Emmanuel Álvares (1750) – «Tractatus de Novorum Operum Aedificationibus, forumque Nuntiationibus, et adversus construere volentes in alterius praejudicium». Lisboa: Dominicum de Sequeyra Costa. 2 vol.s, 1750
- ROCHA, Ricardo (1750) – «Mapa das Ruas de Braga». Braga: Arquivo Distrital de Braga e Universidade do Minho. 2 vol.s, 1989-91
- FORTES, Manoel de Azevedo (1744) – «Lógica Racional, Geométrica e Analítica, obra utilíssima e absolutamente necessária para entrar em qualquer ciência e ainda para todos os homens, que em qualquer particular,

---

<sup>18</sup> De facto a primeira edição do livro é de 1936, só que a parte que directamente nos interessa – o capítulo 4 “O semeador e o ladrilhador” – só foi integrada na edição de 1947.

- quiserem fazer uso do seu entendimento, e explicar as suas ideias por termos claros, próprios e inteligíveis.». Lisboa: José António Plates. 1744
- FORTES, Manoel de Azevedo (1728/9) – «O Engenheiro Portuguez». Lisboa: fac-símile pela Direcção da Arma de Engenharia. 2 vol.s, 1993
- PIMENTEL, Luis Serrão (1680) – «Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares». Lisboa: fac-símile pela Direcção da Arma de Engenharia. 1993
- BALDAEUS, Philip (1672) – «A description of East India coasts of Malabar and Coromandel and also of the isle of Ceylon with their adjacent kingdoms & provinces and of the idolatry of the pagans in the East Indies». New Delhi: Asian Educatinal Services. 1996
- MAGALOTTI, Lorenzo (1668/9) – «Viage de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)». Madrid: Centro de Estudios Historicos da Junta para Ampliacion de Estudios e Investigaciones Cientificas. vol./ano 2, 1933
- CARNEIRO, António Mariz (1639) – «Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da Índia». Lisboa: Fundação Oriente. 1990
- BOCARRO, António; RESENDE, Pedro Barreto (1635) – «Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3 vol.s, 1992
- «Livro das plantas das fortalezas, cidades e povoações do estado da India Oriental com as descrições do marítimo dos reinos e províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes». Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. 1991
- Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da India, e das capitánias, e mais cargos que nelas ha, e da importancia delles. «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra». Coimbra: Universidade de Coimbra. vol./ano XXI, 1953, pp. 1-144
- HOLANDA, Francisco d' (1571) – «Da Ciência do Desenho». Lisboa: Livros Horizonte. 1985
- HOLANDA, Francisco d' (1571) – «Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa». Lisboa: Livros Horizonte. 1984
- GÓIS, Damião de (1554) – «Descrição da Cidade de Lisboa». Lisboa: Livros Horizonte. 1988
- ARMAS, Duarte de (1509) – «Livro das Fortalezas». Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Inapa. 1997

**– específica**

Esta lista – que contém os títulos da *geral* directamente relacionados com a problemática da disciplina – está organizada de forma tradicional, ou seja, por ordem alfabética e em cada autor por ordem cronológica.

- AAVV (1954) – «Resumen Historico del Urbanismo en España». Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local. 1987
- AAVV (1961) – «Arquitectura Popular em Portugal». Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses. 1980
- AAVV (1967) – Curso sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro». Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. vol./ano 276, 1967
- AAVV (1976) – «Forum et Plaza Mayor dans le monde hispanique, Actas do Colóquio». Paris: organizado por La Casa de Velazquez em Madrid, Éditions E. de Boccard. 1978
- AAVV (1984) – «Puertos y Fortificaciones en America y Filipinas, actas del seminario». Madrid: C.E.H.O.P.U.. 1985
- AAVV (1985) – «La ciudad Iberoamericana, Actas do Seminário». Madrid: MOPU-CEHOPU. 1987
- AAVV (1986) – «História da Arte em Portugal». Lisboa: Publicações Alfa. 15 vol.s, 1986
- AAVV (1987) – «Cidades e História – ciclo de conferências». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1992
- AAVV (1990) – «Atlas de Cidades Medievais Portuguesas». Lisboa: I.N.I.C. e Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. vol./ano I, 1990
- AAVV (1992) – «La Fortificación Medieval en la Península Ibérica». Aguilar de Campo: Fundación Santa María la Real – Centro de Estudios del Románico. 2003
- AAVV (1993) – «A Cidade - jornadas inter e pluridisciplinares, Actas do Seminário». Lisboa: Universidade Aberta. 2 vol.s, 1993
- AAVV (1994) – «Atlas Histórico de ciudades europeas – Península Ibérica». Barcelona: Salvat – Centre de Cultura Contemporània de Barcelona. 1994
- AAVV (1994) – Indo-portuguesmente. «Oceanos». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. n°19/20, 1994
- AAVV (1994) – «Lisboa Iluminista e o seu tempo, Actas do Colóquio ». Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. 1997
- AAVV (1994) – «Social Complexity and the Development of Towns in Iberia – from copper age to the second century AD». Oxford: Oxford University Press – The British Academy. 1995
- AAVV (2000) – «Arquitectura Popular dos Açores». Lisboa: Ordem dos Arquitectos. 2000
- AAVV, coord. de Fernando de Teran (1989) – «La Ciudad Hispanoamericana – El sueño de un orden». Madrid: CEHOPU. 1989
- AAVV, coord. de Rafael Moreira (1989) – «História das Fortificações Portuguesas no Mundo». Lisboa: Publicações Alfa. 1989
- AAVV, coord. de Rafael Moreira (1994) – «A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa, Catálogo da Exposição». Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1994
- AAVV, coord. de Renata de Araujo e Helder Carita (1998) – «Colectânea de Estudos: Universo Urbanístico Português 1415-1822». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998
- AAVV, coord. de Walter Rossa (1999) – «Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Caderno de Resumos». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1999

- AAVV, coord. de Walter Rossa (2000) – A construção do Brasil urbano. «Oceanos». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. n.º41, 2000
- AAVV, coord. de Walter Rossa, Renata de Araujo e Helder Carita (1999) – «Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Actas». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001
- AAVV, coord. Manuel Teixeira (1999) – «A praça na cidade portuguesa, Colóquio». Lisboa: Livros Horizonte. 2001
- AAVV, coord. Manuel Teixeira (2000) – «A Construção da Cidade Brasileira». Lisboa: Livros Horizonte. 2004
- AAVV, dir. Paulo Pereira (1995a) – «História da Arte Portuguesa». Lisboa: Círculo de Leitores. 3 vol.s, 1995
- AAVV, org. Walter Rossa, Renata de Araujo, Ramon Gutierrez e Patricia Menendes, (2000) – «Bibliografia Ibero-Americana da História do Urbanismo e da Urbanística 1415-1822». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2000
- ABREU, Mauricio de A. (1987) – «Evolução urbana do Rio de Janeiro». Rio de Janeiro: IPLANRIO. 1997
- AFONSO, José Ferrão (1998) – «A Rua das Flores no Século XVI – elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2000
- AFONSO, José Ferrão (2000) – A construção de um novo centro cívico: notas para a história da Rua Nova e da Zona Ribeirinha do Porto no século XV. «Museu». Porto: Círculo José de Figueiredo. n.º9 da IV série, 2000, pp. 20-70
- AFONSO, Luís (1999) – O projecto urbano clássico e a grande Lisboa Pombalina de 1757. «GEHA – Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo». Lisboa: Grupo de Estudos de História da Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. n.º2/3, vol./ano 2, 1999, pp. 9-22
- ALBUQUERQUE, Luís de (1972) – «A Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão no século XVII». Lisboa: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga da Junta de Investigações do Ultramar. n.ºLXX, 1972
- ALMEIDA, André Ferrand de (1998) – «A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001
- ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira (1988) – «O Porto na época dos Almadás - arquitectura. obras públicas». Porto: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto. 2 vol.s, 1988/90
- AMARAL, Ilídio do (1964) – «Santiago de Cabo Verde - a Terra e os Homens». Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 1964
- AMARAL, Ilídio do (1967) – «Luanda (Estudo de Geografia Urbana)». Lisboa: 1968,
- AMARAL, Ilídio do (1978) – Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização de Angola. «Finisterra». Lisboa: n.º25, 1978
- AMARAL, Ilídio do (1991) – Medidas portuguesas para a organização dos novos territórios nas margens continentais do Atlântico Sul no século XVI (apontamentos de geografia histórica). «Revista da Universidade de Coimbra, Separata da». Coimbra: Universidade de Coimbra. vol./ano XXXVI, 1991, pp. 277-316
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001) – O românico. «História da Arte em Portugal». Lisboa: Presença. vol./ano 1, 2001
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge (2002) – O gótico. «História da Arte em Portugal». Lisboa: Presença. vol./ano 2, 2002
- ANDRADE, Amélia (2001) – «A Construção Medieval do Território». Lisboa: Livros Horizonte. 2001
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1986) – «Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima». Lisboa: Livros Horizonte. 1990

- ANDRADE, Amélia Aguiar (1988) – Um percurso através da paisagem urbana medieval. «Povos e Culturas». Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n°2, 1987, pp. 57-77
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1993) – Conhecer e Nomear: A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas. «A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares». Lisboa: Universidade Aberta. 2 vol.s, vol./ano I, 1993, pp. 123-140
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1994) – «Vila, poder régio e fronteira». Lisboa: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa. 1994
- ANDRADE, Amélia; ROSSA, Walter (1998) – La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones. «Catálogo da Exposição La plaza en España y Iberoamérica – El escenario de la ciudad». Madrid: Museo Municipal de Madrid. 1998, pp. 99-109
- ARAUJO, Renata de (1990) – «Lisboa, a cidade e o espectáculo na época dos Descobrimentos». Lisboa: Livros Horizonte. 1990
- ARAUJO, Renata de (1992) – «As Cidades da Amazónia no século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1998
- ARAUJO, Renata de (2000) – «A urbanização do Mato Grosso no século XVIII – discurso e método». Lisboa: dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 2000
- ARAUJO, Renata de; CARITA, Helder; ROSSA, Walter (2002) – «fac-similæ da Exposição Universo Urbanístico Português 1415-1822». Lisboa: CIUL/CML e CNCDP. 2002
- AZEVEDO, Aroldo de (1956) – Vilas e cidades do Brasil colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. «Boletim». São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. n°208/Geografia 11, 1956, pp. 1/96
- AZEVEDO, Aroldo de (1957) – Embriões de cidades brasileiras. «Boletim Paulista de Geografia». São Paulo: n°25, 1957, pp. 31/69
- AZEVEDO, Paulo Ormino de (1990) – Urbanismo de trazado regular en los primeros siglos de la colonización brasileña. «Estudios sobre urbanismo Iberoamericano – siglos XVI al XVIII». Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura. 1990, pp. 306-322
- AZEVEDO, Thales de (1949) – «Povoamento da Cidade do Salvador». Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador. 1949
- BANDEIRAS, Miguel Sopas de Melo (1992) – «O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII: ensaio de geografia urbana histórica». Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1992
- BARREIROS, Eduardo Canabrava (1965) – «Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro – ensaio – 1565-1965». Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1965
- BARRETO, Paulo Thedin (1937) – Casas de Câmara e Cadeia. «Revista do Património Histórico e Artístico Nacional». Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. n°26, 1947, pp. 362-443
- BARROCA, Mário J. (1990) – Do castelo da Reconquista ao castelo românico. «Portugalia». Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. vol./ano XI/XII, 1990/1, pp. 89-136
- BARROCA, Mário J. (1992) – Medidas-Padrão Medievais Portuguesas. «Revista da Faculdade de Letras». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. vol./ano IX – 2ª série, 1992, pp. 53-85
- BARROCA, Mário Jorge; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2002) – O gótico. «História da Arte em Portugal». Lisboa: Presença. vol./ano 2, 2002
- BEIRANTE, Ângela (1980) – «Santarém medieval». Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 1980

- BEIRANTE, Ângela (1988) – «Évora na Idade Média». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. 1995
- BEIRANTE, Ângela (1993) – Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais. «A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares». Lisboa: Universidade Aberta. 2 vol.s, vol./ano II, 1993, pp. 65-79
- BERRANCE, Luís (1987) – «Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas - 1774-1844». Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto. 1993
- BOISSELLIER, Stéphane (2002) – «Le peuplement Médiéval dans le Sud du Portugal». Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian. 2003
- BONET CORREA, Antonio (1987) – «La historiografía urbana em España». Salamanca: Servicio de publicaciones/Universidade de extremadura. 1987
- BRENNA, Giovanna Rosso Dal (1990) – La citta coloniale portoghese. Rio de Janeiro tra il XVI e il XVIII secolo. «Estudos sobre urbanismo Iberoamericano - siglos XVI al XVIII». Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura. 1990, pp. 448-462
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2001) – «Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)». São Paulo: dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2 vol.s, 2003
- BURY, John (1979) – Francisco de Holanda – a little known source for the history of fortification in the sixteenth century. «Arquivo do Centro Cultural Português». Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. n.º14, 1979, pp. 163-202
- BURY, John (1995) – The Italian contribution to sixteenth-century Portuguese architecture, military and civil. «Cultural links between Portugal and Italy in the Renaissance». New York: Oxford University Press. 2000, pp. 77-107
- BYRNE, Gonçalo Sousa (1986) – Ricostruire nella città - La Lisbona di Pombal. «Lotus International». Milano: Electa. n.º51, 1986, pp. 6-24
- CARITA, Helder (1990) – «O Bairro Alto - tipologias e modos arquitectónicos». Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 1994
- CARITA, Helder (1998) – «Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)». Lisboa: Livros Horizonte. 1999
- CARITA, Helder; ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata de (2002) – «fac-similæ da Exposição Universo Urbanístico Português 1415-1822». Lisboa: CIUL/CML e CNCDP. 2002,
- CARITA, Rui (1993) – «A arquitectura militar na Madeira nos séculos XV a XVII». Lisboa: Oficinas Gráficas do Exército. 1998
- CHAVES, Luís (1948) – «Pelourinhos do Ultramar Português». Lisboa: Agência Geral das Colónias. 1948
- CHICÓ, Mário Tavares (1956) – A Cidade Ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia. «Garcia da Horta». Lisboa: Revista das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. n.ºEspecial, 1956, pp. 319-328
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1990) – «Homens, Espaços e Poderes – Séculos XI-XVI». Lisboa: Livros Horizonte. 2 vol.s, 1990
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1997) – «Ócio e Negócio». Coimbra: Inatel. 1998
- COELHO FILHO, Luiz Walter (2004) – «A Fortaleza do Salvador na Baía de Todos os Santos». Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. 2004
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (1997) – «Da Vila cercada à Praça de Guerra – formação do espaço urbano em Almeida (séculos XVI-XVIII)». Lisboa: Livros Horizonte. 2002
- CORREIA, José Eduardo Horta (1984) – «Vila Real de Santo António - urbanismo e poder na política pombalina». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1998
- CORREIA, José Eduardo Horta (1985) – Urbanismo em Portugal. «Dicionário Ilustrado da História de Portugal». Lisboa: Publicações Alfa. vol./ano II, 1985, pp. 306/8



- CORREIA, José Eduardo Horta (1989) – Pragmatismo e utopismo na criação urbanística de raiz portuguesa no século XVIII. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais Humanas». Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. vol./ano 8, 1995, pp. 103-112
- CORREIA, José Eduardo Horta (1989) – Urbanismo. «Dicionário da Arte Barroca em Portugal». Lisboa: Presença. 1989, pp. 507-513
- CORREIA, José Eduardo Horta (1991) – «Arquitetura Portuguesa - renascimento, maneirismo, estilo chão». Lisboa: Presença. 1991
- CORREIA, José Eduardo Horta (2001) – O Urbanismo do Brasil Colónia e a Escola Portuguesa de Arquitectura e Urbanismo. «Portugal e o Brasil no advento do Mundo Moderno». Lisboa: Colibri. 2001, pp. 307-314
- COSTA, A. Alves (1989) – Valores permanentes da arquitectura portuguesa. «Vértice». Lisboa: Editorial Caminho. vol./ano 19-II Série, Outubro 1989, pp. 109-111
- COSTA, A. Alves (1994) – «Introdução ao estudo da História da Arquitectura Portuguesa». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1995
- DAVEAU, Susane; RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, H. (1987-91) – «Geografia de Portugal». Porto: Sá da Costa. 4 vol.s, 1998
- DELSON, Roberta Marx (1975) – «Town Planing in Colonial Brazil». New York: Ph. D. dissertation, Columbia University. 1975
- DELSON, Roberta Marx (1979) – «Novas Vilas para o Brasil-Colônia - Planejamento Espacial e Social no Século XVIII». Brasília: Ed. Alva-Ciord. 1997
- DIAS, Pedro (1988) – As primeiras construções portuguesas na costa oriental da África e no Golfo Pérsico (1503-1515). «IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Actas do ». Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1992, pp. 25-41
- DIAS, Pedro (1994) – Fortificações portuguesas, além-mar, no tempo de D. João II (1481-1495). «A arte na Península Ibérica ao tempo do Tratado de Tordesilhas, Actas». Coimbra: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 1998, pp. 11-66
- DIAS, Pedro (1998) – «História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)». Lisboa: Círculo de Leitores. 2 vol.s, 1998
- DIAS, Pedro (2000) – «A arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769». Lisboa: Portugal Telecom. 2000
- DIAS, Pedro (2004) – «História da Arte Luso-Brasileira - urbanização e fortificação». Coimbra: Almedina. 2004
- ESTEPA, Carlos (1972) – Problemas de terminologia en la vida urbana de Leon en la Edad Media (suburbio, territorio, civitas, urbs, vico, barrio...). «Archivos Leoneses». Leon: 1972, pp. 99-123
- «Evolução Física de Salvador 1549 a 1800». Salvador: Fundação Gregório de Mattos / Centro de Estudos da Arquitectura na Bahia. 1998
- FAGIOLO, Marcelo (1975) – La fondazione delle città latino-americane. Gli archetipi della Giustizia e della Fede. «Psicon, revista internazionale di architettura». Firenze: Centro Studi Architettura OUROBOROS. n°5, vol./ano II, 1975, pp. 34-58
- FERNANDES, José Manuel (1987) – O Lugar da Cidade Portuguesa. «Povos e Culturas». Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n°2, 1987, pp. 79-112
- FERNANDES, José Manuel (1988) – L' Inde et le sud du Bresil - Plans de l'Urbanisme Portugais au XVIIIème siècle. «Colóquio La Ville Regulière». Paris: Picard. 1997
- FERNANDES, José Manuel (1991) – A Cidade Portuguesa: um modo característico de espaço urbano. «Sínteses da cultura portuguesa - A Arquitectura». Lisboa: Comissariado para a Europália91 e Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1991, pp. 91-120
- FERNANDES, José Manuel (1992) – «Cidades e Casas da Macaronésia». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1996

- FERNANDES, Mário Gonçalves (1993) – «Viana do Castelo – a consolidação de uma cidade (1855-1926)». Lisboa: Colibri. 1995
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2002) – «Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança, 1852-1926». Porto: dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vol.s, 2002
- FERRÃO, Bernardo José (1985) – «Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás - 1758/1813». Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1989
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1997) – «Guimarães: duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)». Braga: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. 3 vol.s, 1997
- FERRO, Gaetano (1958) – La città portoghese e la sua espansione nel mondo. «Annali di Ricerche e Studi di Geografia». (s/l), XIV vol.s, tomo 1, 1958
- FONSECA, Cláudia Damasceno (2001) – «Des terres aux Villes de l'Or». Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian. 2003
- FRANÇA, José Augusto (1962) – «Lisboa Pombalina e o iluminismo». Lisboa: Bertrand. 1987
- FRANÇA, José Augusto (1976) – «A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina». Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. 1989
- GARCIA, João Carlos (1984) – «O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica». Porto: Prova de Capacidade Científica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 1984
- GASPAR, Jorge (1968) – A Propósito da Originalidade da Cidade Muçulmana. «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia». Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. nº5, vol./ano III, 1968, pp. 19-30
- GASPAR, Jorge (1969) – A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia». Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. nº8, vol./ano IV, 1969, pp. 198-215
- GASPAR, Jorge (1972) – Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental. «Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia». Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. nº19, vol./ano X, 1975, pp. 107-152
- «Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo, Catálogo da Exposição». Roma: Argos Edizioni. 1995
- GIRÃO, Amorim (1945) – Origem e evolução do urbanismo em Portugal. «Revista do Centro de Estudos Demográficos». Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. nº1, 1945, pp. 39-78
- GOMES, Paulo Varela (1987) – «O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1987
- GOMES, Paulo Varela (1988) – «A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII». Lisboa: Caminho. 1988
- GOMES, Paulo Varela (1991) – «Jornada pelo Tejo»: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina. «Monumentos». Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. nº21, 2004
- GOMES, Paulo Varela (1992) – «A confissão de Cyrillo – estudos de História da Arte e da Arquitectura». Lisboa: Hiena. 1992
- GOMES, Rita Costa (1996) – «Castelos da Raia – Beira». Lisboa: IPPAR. 2 vol.s, vol./ano I, 1996
- GONÇALVES, Iria (1986) – Posturas Municipais e Vida Urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa. «Estudos Medievais». Porto: separata. nº7, 1986, pp. 155-172
- GONÇALVES, Iria (1991) – Uma Realização Urbanística Medieval: o Calçamento da Rua Nova de Lisboa. «Estudos de Arte e História - Homenagem a Artur Nobre de Gusmão». Lisboa: Vega. 1995, pp. 102-113

- GUTIÉRREZ, Ramón (1992) – «Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica». Madrid: Ediciones Cátedra. 1992
- GUTKIND, E. A. (1967) – Urban Development in Southern Europe: Spain and Portugal. «International History of City development». New York: The Free Press. vol./ano III, 1967
- KUBLER, George; SORIA, Martin (1959) – «Art And the Architecture in Spain and Portugal and their American Dominions 1500–1800». Baltimore: Penguin Books. 1969
- LAUTENSACH, H.; DAVEAU, Susane; RIBEIRO, Orlando (1987-91) – «Geografia de Portugal». Porto: Sá da Costa. 4 vol.s, 1998
- LEITE, Antonieta Reis (2000) – Angra – um porto no percurso da Cidade Portuguesa. «Atlântida». Angra do Heroísmo: Instituto Açoreano de Cultura. vol./ano XLVII, 2002, pp. 15-57
- MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (1998) – «O Legado Islâmico em Portugal». Lisboa: Círculo de Leitores. 1998
- MALDONADO, Basilio Pavon (1993) – «Ciudades y fortalezas Lusomusulmanas - crónicas de viajes por el sul de Portugal». Madrid: Agencia Española de Cooperacion Internacional. 1993
- MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse (1972) – Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII. «Boletim Cultural, separata do». Porto: Câmara Municipal do Porto. vol./ano 2 - 2ª série, 1986
- MANTAS, Vasco Gil (1987) – As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal. «Povos e Culturas». Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n°2, 1987, pp. 13-55
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981) – Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa. «Bracara Augusta». Braga: Câmara Municipal de Braga. n°79/80 (92/93), vol./ano XXXV, 1981, pp. 367-387
- MARX, Murillo (1991) – «Cidade no Brasil: terra de quem?». S. Paulo: Nobel – Edusp. 1991
- MATOS, José Sarmiento de (1994) – «Uma Casa na Lapa». Lisboa: Fundação Luso-Americana e Quetzal Editores. 1994
- MATTOSO, José (1985) – «Identificação de um país - ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325». Lisboa: Editorial Estampa. 2 vol.s, 1988
- MAURÍCIO, Rui (1994) – «O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532) – urbanismo e arquitectura». Leiria: Magno. 2000
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine (1996) – «Villes d'al-Andalus - L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)». Rennes: Presses Universitaires de Rennes. 1996
- MESTRE, Victor (1997) – «Arquitectura Popular da Madeira». Lisboa: Argumentum. 2002
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – «Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média – presença, perfil, conservação, vigilância e comando». Lisboa / Coimbra: Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1999
- MOREIRA, Rafael (1980) – A arquitectura militar do Renascimento em Portugal. «Actas do Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte». Coimbra: Epartur. 1981, pp. 281-305
- MOREIRA, Rafael (1987) – A escola de arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia das Matemáticas de Madrid. «As relações artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos – Actas do II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte». Coimbra: separata. 1987, pp. 65-77
- MOREIRA, Rafael (1988) – Os primeiros engenheiros-mores do império filipino. «Actas do IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte». Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1992, pp. 521-534
- MOREIRA, Rafael (1991) – «A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal – a Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano». Lisboa: dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 1991

- MOREIRA, Rafael (1995) – Goa em 1535 – uma cidade manuelina. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas». Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. n.º8, vol./ano II, 1995, pp. 177-221
- MOREIRA, Rafael (2001) – «A construção de Mazagão – cartas inéditas 1541-1542». Lisboa: IPPAR. 2001
- MURTEIRA, Helena (1994) – «Lisboa – da Restauração às Luzes». Lisboa: Presença. 1999
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de (2004) – «As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil». Salvador: Fundação Gregório de Matos. 2004
- Olhares sobre a Cidade (número temático). «Penélope». Lisboa: Cosmos. n.º7, 1992
- «Os Espaços de um Império, Catálogo da Exposição». Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2 vols., 1999
- PIRES, Fernando de Jesus Monteiro dos Reis (1999) – «Da cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde». Lisboa: dissertação de Mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. 1999
- PORTAS, Nuno (1985) – Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas. «Estudos de Arte e História - Homenagem a Artur Nobre de Gusmão». Lisboa: Vega. 1995, pp. 430/5
- PRADALIÉ, Gérard (1975) – «Lisboa da Reconquista ao Fim do Século XIII». Lisboa: Palas Editores. 1975
- REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui (1987) – Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto. «Povos e Culturas». Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n.º2, 1987, pp. 389-417
- REIS, Nestor Goulart (1964) – «Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)». São Paulo: Pini. 2001
- RIBEIRO, Orlando (1945) – «Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico». Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1998
- RIBEIRO, Orlando (1963) – Cidade. «Dicionário de História de Portugal». Porto: Livraria Figueirinhas. vol./ano II, 1992, pp. 60-65
- RIBEIRO, Orlando (1968) – «Mediterrâneo, ambiente e tradição». Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian. 1987
- RIBEIRO, Orlando (1994) – «Originalidade da expansão portuguesa». Lisboa: João Sá da Costa. 1994
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, Susane (1987-91) – «Geografia de Portugal». Porto: Sá da Costa. 4 vols., 1998
- «Robert C. Smith – a investigação na História de Arte, Catálogo da Exposição». Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2000
- RODRIGUES, Maria João Madeira (1978) – Tradição, transição e mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista.. «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa». Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa. n.º84/3ª série, 1978, pp. 5-97
- RODRIGUES, Maria João Madeira (1979) – Cidade oceânica e mundial. Fundamentos da teoria do urbanismo colonial português. «GEHA – Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo». Lisboa: Grupo de Estudos de História da Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. n.º2/3, vol./ano 2, 1999, pp. 23-63
- RODRIGUES, Maria João Madeira (1979) – Olinda e Recife – uma situação de bipolaridade no urbanismo colonial português. «Belas-Artes». Lisboa: Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. n.º1 da 3ª série, 1979, pp. 69-94
- ROSSA, Walter (1989-2001) – «A urbe e o traço – uma década de estudos sobre o urbanismo português». Coimbra: Almedina. 2002
- ROSSA, Walter (1990) – «Além da Baixa – indícios de planeamento urbano na Lisboa Setecentista». Lisboa: (edições em Português e em Inglês) Instituto Português do Património Arquitectónico. 1998
- ROSSA, Walter (1995) – «Cidades Indo-Portuguesas – contribuição para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental/Indo-Portuguese Cities – a

- contribution to the study of Portuguese urbanism in the Western Hindustan». Lisboa: (Português/Inglês) Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1997
- ROSSA, Walter (2001) – «DiverCidade – urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade». Coimbra: (edição policopiada) dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. 2001
- ROSSA, Walter (2002) – From Portuguese Experiments to the Portuguese School of Urbanism... through Renaissance Models. «Workshop Colonial Cities in the Tropics: a Comparative History». Florence: European University Institute. (no prelo)
- ROSSA, Walter (2002) – Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade. «D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Nascimento de D. João III». Lisboa: CHAM (Universidade Nova de Lisboa) e CEPCEP (Universidade Católica Portuguesa). 2004, pp. 947-967
- ROSSA, Walter (2003) – Portuguese land ordinance and urbanising strategies for Asia. «Congress Rivalry and Conflict, European Traders and Asian Trading Networks ». Leiden: IGEER/CNWS University of Leiden. (no prelo)
- ROSSA, Walter (2004) – Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado. «Monumentos». Lisboa: D.G.E.M.N.. n.º21, 2004, pp. 22-43
- ROSSA, Walter; TRINDADE, Luisa (2005) – O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português. «El espacio urbano en la Europa Medieval – Seminário de Estudios Medievales de Nájera 2005». Logroño: Instituto de Estudios Riojanos. 2005 (no prelo)
- ROSSA, Walter; TRINDADE, Luisa (2005) – Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica. «Murphy». Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. n.º1, 2005 (no prelo)
- ROSSA, Walter; ANDRADE, Amélia (1998) – La plaza portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones. «Catálogo da Exposição La plaza en España y Iberoamérica – El escenario de la ciudad». Madrid: Museo Municipal de Madrid. 1998, pp. 99-109
- ROSSA, Walter; ARAUJO, Renata de; CARITA, Helder (2002) – «fac-similæ da Exposição Universo Urbanístico Português 1415-1822». Lisboa: CIUL/CML e CNCDP. 2002,
- SAA, Mário (1956-67) – «As grandes vias da Lusitânia». Lisboa: 6 vol.s, 1956-67,
- SALEMA, Vasco da Costa (1982) – «Pelourinhos do Brasil». Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal. 1992
- SALGADO, Plínio (1946) – «Como nasceram as cidades do Brasil». São Paulo: Voz do Oeste. 1978
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) – «A Cidade em Portugal - uma Geografia Urbana». Porto: Afrontamento. 1992
- SAMPAIO, Alberto (1923) – As Póvoas Marítimas. «Estudos Históricos e Económicos». Lisboa: Editorial Vega. 2 vol.s, vol./ano 2º, 1979, pp. 7-100
- SAMPAIO, Theodoro (1949) – «História da fundação da Cidade do Salvador». Salvador: Tipografia Beneditina. 1949
- SANTOS, Paulo F. (1968) – Formação de cidades no Brasil colonial. «Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros». Coimbra: Universidade de Coimbra. 5 vol.s, vol./ano V, 1968, pp. 7-116
- SILVA, Raquel Henriques da (1997) – «Lisboa romântica, urbanismo e arquitectura, 1777-1874». Lisboa: dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 1997
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da (1868) – «Mappas das medidas do novo Systema legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do Reino e Ilhas». Lisboa: Imprensa Nacional. 1868

- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1997) – «Território e Poder nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal». Cascais: Patrimonia. 1997
- SMITH, Robert C. (1955) – Urbanismo colonial no Brasil. «Bem Estar». São Paulo: 1958
- SMITH, Robert C. (1956) – Colonial Towns of Spanish and Portuguese America. «Journal of the Society of Architectural Historians». Chicago: n°4, vol./ano 14, 1956, pp. 2-12
- SORIA, Martin; KUBLER, George (1959) – «Art And the Architecture in Spain and Portugal and their American Dominions 1500–1800». Baltimore: Penguin Books. 1969
- SOROMENHO, Miguel (1991) – «Manuel Pinto de Vilalobos - da engenharia militar à arquitectura». Lisboa: dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.s, 1991
- SOROMENHO, Miguel (1997-8) – A Administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII. «Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte». Madrid: Universidad Autonoma de Madrid. vol./ano IX-X, 1997-8, pp. 197-209
- TAVARES, Domingos (1985) – «Da Rua Formosa à Firmeza». Porto: Escola Superior de Belas Artes. 1985
- TAVARES, Rui; REAL, Manuel Luís (1987) – Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto. «Povos e Culturas». Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa. n°2, 1987, pp. 389-417
- TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999) – «O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil». Lisboa: Livros Horizonte. 1999
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1998) – «O Legado Islâmico em Portugal». Lisboa: Círculo de Leitores. 1998
- TRINDADE, Luísa (2000) – «A casa corrente em Coimbra – dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna». Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. 2002
- TRINDADE, Luísa (2004) – Paisagens dirigidas: repercussões da muralha no tecido urbano medieval português. «Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. III Jornadas de História». Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. 2005, pp. (no prelo)
- TRINDADE, Luísa; ROSSA, Walter (2005) – O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português. «El espacio urbano en la Europa Medieval – Seminário de Estudios Medievales de Nájera 2005». Logroño: Instituto de Estudios Riojanos. 2005 (no prelo)
- TRINDADE, Luísa; ROSSA, Walter (2005) – Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica. «Murphy». Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. n°1, 2005 (no prelo)
- «Uma cartografia exemplar – o Porto em 1892, Catálogo da Exposição». Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto. 1992
- VALLA, Margarida; TEIXEIRA, Manuel (1999) – «O Urbanismo Português – séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil». Lisboa: Livros Horizonte. 1999.

**– de contextualização histórica**

Esta lista – que contém os títulos incluídos na *geral* com vista a permitir alguma contextualização histórica – está organizada de forma tradicional, ou seja, por ordem alfabética e em cada autor por ordem cronológica.

- AAVV (1982) – «Pombal Revisitado, Actas do Colóquio». Lisboa: Editorial Estampa. 1984
- AAVV (2004) – «O Sebastianismo: política, doutrina e mito (séc.s XVI-XIX), Actas do Colóquio». Lisboa: Academia Portuguesa de História e Colibri. 2004
- AAVV, dir. Damião Peres (1928-54) – «História de Portugal». Barcelos: Portucalense Editora. 9 vol.s, 1928-54
- AAVV, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (1990-) – «Nova História de Portugal». Lisboa: Presença. 12 vol.s, 1990-
- AAVV, dir. José Mattoso (1992) – «História de Portugal». Lisboa: Círculo de Leitores. 9 vol.s, 1992
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (2000) – «O trato dos viventes - Formação do Brasil no Atlântico Sul - Séculos XVI e XVII». São Paulo: Companhia das Letras. 2000
- BARRETO, Paulo Thedin (1937) – Casas de Câmara e Cadeia. «Revista do Património Histórico e Artístico Nacional». Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. nº26, 1947, pp. 362-443
- BOXER, Charles R. (1964) – «Portuguese society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800». Madison: Wisconsin University Press. 1965
- BOXER, Charles R. (1969) – «O Império Marítimo Português». Lisboa: Edições 70. 1992,
- COELHO, António Borges (1964) – «Raízes da expansão portuguesa». Lisboa: Livros Horizonte. 1985
- CORTESÃO, Jaime (1958) – «Os Descobrimentos Portugueses». Lisboa: Arcádia. 2 vol.s, 1958
- DIAS, J. S. da Silva (1984) – «Pombalismo e Projecto Político». Lisboa: Centro de História da Cultura da U.N.L.. 1984
- DIAS, Jorge (1950) – «O essencial sobre Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1985
- FREYRE, Gilberto (1933) – «Casa-grande & Senzala». Rio de Janeiro: Editora Record. 1995
- FREYRE, Gilberto (1960) – «O Luso e o Trópico – sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical». Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 1961
- FREYRE, Gilberto (1979) – «Oh de casa! – em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem». Recife: Editora Artenova . 1979
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1958) – «Os Descobrimentos e a economia mundial». Lisboa: Presença. 4 vol.s, 1982
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936)<sup>19</sup> – «Raízes do Brasil». S. Paulo: Companhia das Letras. 1995
- LOPES, David (1937) – «A expansão em Marrocos». Lisboa: Teorema. 1989
- MACEDO, Jorge Borges de (1971) – O aparecimento em Portugal do conceito de programa político. «Revista Portuguesa de História». Coimbra: separata,

---

<sup>19</sup> De facto a primeira edição do livro é de 1936, só que a parte que directamente nos interessa – o capítulo 4 “O sementeiro e o ladrilhador” – só foi integrada na edição de 1947.

- Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. n.ºXIII, 1971, pp. 375 / 423
- MATOS, Luís de (1957) – A Utopia de Tomás More e a expansão Portuguesa. «Estudos Políticos e Sociais». Lisboa: n.º3, vol./ano IV, 1966, pp. 809-820
- MATTOSO, José (1985) – «O essencial sobre a cultura medieval portuguesa». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1985
- MATTOSO, José (1985) – «O essencial sobre a formação da nacionalidade». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1985
- MATTOSO, José (1998) – «A identidade nacional». Lisboa: Gradiva. 2003,
- NOVAIS, Fernando A. (19??) – «Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808». São Paulo: Hucitec. 1981
- OLIVEIRA, António de (1996) – As cidades e o poder no período filipino. «Revista Portuguesa de História». Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. vol./ano 2, tomo XXXI, 1996, pp. 305-340
- PEREIRA, Gabriel (1879) – «Fragmentos relativos à história e geographia da Península Ibérica- Plínio, Mela, Ptolomeu, Itinerário de Antonino, etc. & Descrição da Península Ibérica – Livro 3.º da Geographia de Strabão». Évora: 1879
- PRADO JÚNIOR, Caio (1942) – «Formação do Brasil Contemporâneo: colónia». São Paulo: Livraria Martins. 1942
- REIS, José Carlos (1999) – «As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC». Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2002
- RIBEIRO, Darcy (1995) – «O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil». São Paulo: Companhia das Letras. 1996
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1993) – «O Império Asiático Português, 1500-1700 – uma história política e económica». Lisboa: Difel. 1995
- THOMAZ, Luís Filipe F.R. (1994) – «De Ceuta a Timor». Lisboa: Difel. 1994.



**– fontes impressas**

Esta lista – que contém os títulos da *geral* onde estão publicados alguns dos principais elencos de fontes gráficas e escritas para o desenvolvimento de investigação – está organizada de forma tradicional, ou seja, por ordem alfabética e em cada autor por ordem cronológica.

- «A Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português antigo e moderno, Catálogo da Exposição». Lisboa: Estado Maior do Exército. 1960
- «A Pintura do Mundo - Geografia Portuguesa e Cartografia dos Séculos XVI a XVIII, Catálogo da Exposição». Porto: Biblioteca Pública e Municipal do Porto. 1992
- AAVV (1999) – «Fortificações Portuguesas no Brasil dos descobrimentos à época pombalina – a fundação do sistema português de comunicação ultramarina – uma redescoberta da origem cultural do Brasil». Orada: Centro de Estudos Patrimoniais Lusófonos da Fundação Convento da Orada. 1999
- AAVV, org. de António Gilberto Costa (2004) – «Cartografia da conquista do território das Minas». Belo Horizonte e Lisboa: Editora UFMG e Kapa. 2004,
- ADONIAS, Isa; FURRER, Bruno; org. (1993) – «Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira». Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht. 1993
- ARMAS, Duarte de (1509) – «Livro das Fortalezas». Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Inapa. 1997
- ASTENGO, Corradino (1975) – *Piante e vedute propettiche di Colombo eseguite durante il periodo portoghese (1518-1656)*. «Annali di Ricerche e Studi di Geografia». Genova: Libreria Editrice F.lli Bozzi. n.º1-4, vol./ano 31, 1975
- BALDAEUS, Philip (1672) – «A description of East India coasts of Malabar and Coromandel and also of the isle of Ceylon with their adjacent kingdoms & provinces and of the idolatry of the pagans in the East Indies». New Delhi: Asian Educational Services. 1996
- BELLUZO, Ana Maria de Moraes, org. (1994) – «O Brasil dos Viajantes». São Paulo: Fundação Odebrecht. 2000
- BOCARRO, António; RESENDE, Pedro Barreto (1635) – «Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3 vol.s, 1992
- BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho (1999) – «O conhecimento do território e a construção do Estado: o desenvolvimento da cartografia territorial em Portugal no século XIX». Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1999
- CARNEIRO, António Mariz (1639) – «Descrição da Fortaleza de Sofala e das mais da Índia». Lisboa: Fundação Oriente. 1990
- «Cartulário Pombalino». Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. 1999
- CONDESSA, Maria Sofia Marques (1999) – «A memória das cidades dos séculos XII a XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão». Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1999
- DIAS, João José Alves; MARQUES, A. H. de Oliveira (2003) – «Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português». Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. 2003
- FERREYRA, Emmanuel Álvares (1750) – «Tractatus de Novorum Operum Aedificationibus, forumque Nuntiationibus, et adversus construere volentes in alterius praejudicium». Lisboa: Dominicum de Sequeyra Costa. 2 vol.s, 1750
- FERREZ, Gilberto (1963) – «As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII – álbum iconográfico comemorativo do Bicentenário da transferência

- da sede do Governo do Brasil». Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1963
- FERREZ, Gilberto (1965-68) – O que ensinam os antigos mapas e estampas do Rio de Janeiro. «Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro». Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. vol./ano 268 e 278, 1965-68, pp. 27-42 e 87-105
- FERREZ, Gilberto (2000) – «Iconografia do Rio de Janeiro 1530-1890». Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial. 2 vol.s, 2000
- FLORES, Jorge Manuel (2001) – «Os olhos do Rei: desenhos e descrições portuguesas da Ilha do Ceilão (1624, 1638)». Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2001
- FORTES, Manoel de Azevedo (1728/9) – «O Engenheiro Portuguez». Lisboa: fac-símile pela Direcção da Arma de Engenharia. 2 vol.s, 1993
- FORTES, Manoel de Azevedo (1744) – «Lógica Racional, Geométrica e Analítica, obra utilíssima e absolutamente necessária para entrar em qualquer ciência e ainda para todos os homens, que em qualquer particular, quizerem fazer uso do seu entendimento, e explicar as suas ideias por termos claros, próprios e inteligíveis.». Lisboa: José António Plates. 1744
- FURRER, Bruno; ADONIAS, Isa; org. (1993) – «Mapa: Imagens da Formação Territorial Brasileira». Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht. 1993
- GARCIA, João Carlos, org. (2002) – «A mais dilatada vista do mundo – inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia». Lisboa: João Carlos Garcia (coord.), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2002
- GÓIS, Damião de (1554) – «Descrição da Cidade de Lisboa». Lisboa: Livros Horizonte. 1988
- HOLANDA, Francisco d' (1571) – «Da Ciência do Desenho». Lisboa: Livros Horizonte. 1985
- HOLANDA, Francisco d' (1571) – «Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa». Lisboa: Livros Horizonte. 1984
- «Lisboa e o Marquês de Pombal, Catálogo da Exposição». Lisboa: Museu da Cidade/Câmara Municipal de Lisboa. 3 vol.s, vol./ano 2, 1982
- Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da India, e das capitánias, e mais cargos que nelas ha, e da importancia delles. «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra». Coimbra: Universidade de Coimbra. vol./ano XXI, 1953, pp. 1-144
- «Livro das plantas das fortalezas, cidades e povoações do estado da India Oriental com as descrições do marítimo dos reinos e províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes». Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical. 1991
- MACHADO, Cyrillo Volkmar (1823) – «Collecção de memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal...». Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva. 1823
- MAGALOTTI, Lorenzo (1668/9) – «Viage de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)». Madrid: Centro de Estudios Historicos da Junta para Ampliacion de Estudios e Investigaciones Cientificas. vol./ano 2, 1933
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves (2003) – «Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português». Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. 2003
- MENEZES, José Luiz da Mota (1988) – «Atlas Histórico Cartográfico do Recife». Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana. 1988
- PIERIS, Paulus Edward (1926) – «Portuguese Maps and Plans of Ceylon 1650». Colombo: 1926
- PIMENTEL, Luis Serrão (1680) – «Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares». Lisboa: fac-símile pela Direcção da Arma de Engenharia. 1993

- PORTO, Carmen Manso (1999) – «Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de manuscritos (siglos XVII-XVIII)». Madrid: Real Academia de la Historia. 1999
- REIMERS, (E.) (1929) – «Costantine de Sa's Maps and Plans of Ceylon (1624-1628)». Colombo: A. C. Richards. 1929
- REIS, Nestor Goulart (2000) – Urbanismo em Brasil. Século XVI-XVIII. «Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial». São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp. 2000
- RESENDE, Pedro Barreto; BOCARRO, António (1635) – «Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3 vol.s, 1992
- ROCHA, Ricardo (1750) – «Mapa das Ruas de Braga». Braga: Arquivo Distrital de Braga e Universidade do Minho. 2 vol.s, 1989-91
- SILVEIRA, Joaquim Henriques Fradesso da (1856) – «Compendio do novo systema métrico decimal approvedo pela Comissão Central de Pesos e Medidas». Lisboa: 1856
- SILVEIRA, Luís da (1956) – «Ensaio de Iconografia das cidades portuguesas do Ultramar». Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 4 vol.s, 1956
- VITERBO, Francisco de Souza (1899-1922) – «Diccionario historico e documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal». Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 3 vol.s, 1988.